

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXI, número 60, Janeiro-Abril/2008



Perdas e
Ausências

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves
Carlos B. Vainer
Dulce Baptista
Francisco Nunes
Heinz Dieter Heidemann
Helion Póvoa Neto
José G. Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José J. Gebara
Luiz Bassegio
Marilda A. Menezes
Odair da Cruz Paiva
Oscar R. López Maldonado
Oswaldo M.S. Truzzi
Sidney A. da Silva

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa

Foto: Sidnei Marco Dornelas

Arte: Maxprint Editora e Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Maxprint Editora e Gráfica Ltda - Fone:(11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone/Fax: (0xx11)3208.6227
cemsp@uol.com.br
www.cemsp.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

COMO (NÃO) SE FAZ UM BRASILEIRO

Thaddeus Gregory Blanchette.....5

UMA FAMÍLIA BOLIVIANA VAGANDO POR SÃO PAULO (DEPOIMENTO)

Por Sidnei Marco Dornelas

e Mário Geremia.....10

UM LUGAR PARA UMA CASA SEM CHÃO

ESCUTA PSICANALÍTICA DE UMA FAMÍLIA REFUGIADA

Tânia Biazioli

Larissa Pretti Costa

Belinda Mandelbaum.....19

FAMÍLIAS DE EMIGRANTES NO NORTE DO PARANÁ

INTERROGAÇÕES SOBRE UMA POSSÍVEL

"PASTORAL DOS AUSENTES"

Sidnei Marco Dornelas.....25

DUAS LEMBRANÇAS

MIGRAÇÃO, HISTÓRIA E CATIVEIRO NUM
POVOADO MINEIRO

Eduardo Magalhães Ribeiro

Flávia Maria Galizoni.....36

PERDAS e AUSÊNCIAS... Dores e algo mais

Na mira da viagem encetada, como mola propulsora, a miragem dos ganhos; no rastro, como condição inerente ao ato de migrar, as perdas e ausências. "Trescientos dólares vas a ganar", é o que soava na mente do boliviano Federico, que acrescentou: "Entonces yo me animé para venir." Tempos depois, aqui em São Paulo, em tom de lamento dizia sua esposa Veridiana: "Ni yo puedo vestirme de la forma que puedo vestirme allá. Aquí todo el mundo me mira."

Este mesmo casal, em seu longo depoimento dado aos padres Sidnei e Mário, deixa o tempo todo transparecer como às perdas e ausências somam-se muitas dores: "Todo el mundo tiene un cuarto donde dormir, no me importa donde quedarme, la cuestión es que tenga una cama para dormir mis hijos." "Yo pasé llorando porque casi parece que el mundo se acabó para mi."

Não menos contundente é a história da família colombiana trazida por Tânia, Larissa e Belinda, na qual a mãe, fugindo de ameaças de morte, com medo, pede que seus três filhos sejam chamados pelos nomes por ela inventados aqui no Brasil. Neste caso, até o que há de mais próprio, aquilo que resiste a todas as perdas ao longo da vida - o nome - esvai-se.

Embora menos expostas, há outras dores, decorrentes da ausência, como a explicitada por Albano após descrever a trajetória familiar de migração, desde a vinda para o Brasil do avô até a presente emigração dos filhos, inclusive para o exterior onde estão "ralando" (trabalhando mais de um turno) em situação irregular: "A gente vê uma família formada para quê? Para ficar eu e minha esposa." A história de Albano soma-se a de tantos outros que, conforme demonstrado por Sidnei, há poucos anos ocuparam o norte do Paraná e logo na sequência passaram a presenciar a partida dos filhos.

Já num pequeno povoado mineiro, a ausência está na memória. Descendentes do cativo migrante tornados migrantes, penduram sua história, sua genealogia, nos de fora, incorporados ao grupo pela migração. Do próprio passado, não há lembrança. Diríamos nós: ausência de memória histórica. Dizem Eduardo e Flávia: Esquecimento escolhido, uma vez que lembrar é sinônimo de sofrer. Por isso, a criação de um museu e a preservação de uma sede de fazenda, longe de ser referência coletiva, constituem lembrança urbana, dos não-negros, que cultua um passado opulento. Coletiva é a recusa do grupo em reavivar a dor, para tanto, é preciso manter ausente a lembrança de tudo o que a evoca.

Por fim, não na ordem dos textos, pois a referência agora é ao primeiro, uma vez mais a palavra está com o migrante. Trata-se de Jude, a quem Thaddeus, em forma de relato com forte carga subjetiva, dá voz. Diferentemente do caso de Federico e Veridiana, cuja vida tão colada ao patamar da subsistência praticamente impede que a condição jurídica alcance o nível do discurso, Jude navega por ela com grande desembaraço, mas... Digamos antes, porém, quem é Jude: ele é homem, branco, oriundo dos Estados Unidos, classe média, formação universitária, casado duas vezes com brasileiras, enfim, "tipo" já denominado entre nós de "imigrante ideal". No entanto, sua história está envolta num emaranhado tal que chega até nós não só em forma de narrativa, mas também de denúncia e sátira. Trata-se da luta que Jude trava contra a ausência de reconhecimento dos seus direitos, não só por parte das leis e dos que estando do outro lado do balcão as representam, mas também e, principalmente, por parte de pessoas "esclarecidas" que continuam imaginando que o Brasil aceita o imigrante de braços abertos.

Dirceu Cutti

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| 01 - Sazonais | 22 - Retorno | 41 - Migração Laboral |
| 02 - Cidade | 23 - Metr pole | 42 - Linguagens e Símbolos |
| 03 - Fronteira Agrícola | 24 -  ndios e Territórios | 43 - Imprensa & Literatura |
| 04 - Violência | 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restri es   Migra o | 44 - Etnias |
| 05 - Voto | 26 - Mulher Migrante | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 06 - Barragens | 27 - Nomadismos | 46 - Sagrado |
| 07 - Cultura | 28 - Meio Ambiente | 47 - Cotidiano |
| 08 - Trabalho | 29 - Albergue | 48 - Fronteiras |
| 09 - Família | 30 - Clandestinidade | 49 - Narrativas |
| 10 - Religião e Religiosidades | 31 - Festas | 50 - Políticas Públicas |
| 11 - Estrangeiros | 32 - Memória | 51 - Preconceitos |
| 12 - Educa o | 33 - Mercosul | 52 - Legado de Scalabrini |
| 13 - Pena de Morte | 34 - Associa es | 53 - Implica es Psicológicas |
| 14 - Migrar e Morar | 35 - Gera es na Migra o | 54 - Espaço Urbano |
| 15 - Tempo e Espaço | N  Especial - O Retorno (Sayad) | 55 - Brasileiros no Exterior |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 36 - Um Olhar Retrospectivo | 56 - Alteridades |
| 17 - Imagens | 37 - Refugiados | 57 - Acolhida & Hospitalidade
Bíblia e Pastoral |
| 18 - Novas Tecnologias | 38 - Bairros e Vizinha as | 58 - Acolhida & Hospitalidade
Cultura e Sociedade |
| 19 - Identidades | 39 - Assentamentos | 59 - Filhos da Migra o |
| 20 - Saúde | 40 - Redes | |
| 21 - Emigra o | | |

*  possível montar a cole o e adquirir números avulsos**

(* Números 8, 10 e 12 s  disponíveis para cole o)

Forma de Pagamento

Depósito nominal   Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Bradesco; Ag. Tabatinguera n  0515-0; c/c n  23083-9 com envio de cópia do comprovante ou Cheque nominal   Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
() Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
() Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
() Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

Como (não) se faz um brasileiro

por Thaddeus Gregory Blanchette *

Nos dias de hoje, marcados pelo fortalecimento das fronteiras nacionais e das guerras contra substâncias (tipo “drogas” e “terrorismo”), em que populações e até religiões inteiras são tachadas de ameaçadoras e dignas de exclusão, ainda existe uma tendência de se pensar o Brasil como uma espécie de refúgio: talvez o último país que ainda aceita o imigrante de braços abertos. Até os membros dos movimentos negros e indígenas, sempre atentos aos preconceitos homogeneizantes forjados em nome do nacionalismo, afirmam que o Brasil ama o imigrante – tendo uma preferência por ele, talvez em detrimento de seus filhos nativos.

Os que acham a política de imigração brasileira liberal demais podem ficar sossegados. Longe de ser o mais acolhedor de todos os países, o Brasil detém um estatuto de estrangeiros antiquado e vago – porém excepcionalmente flexível – que permite aos imigrantes menos direitos do que os existentes nos Estados Unidos. Se for verdade que o país ainda não fechou suas fronteiras, é igualmente verdadeiro que, uma vez fincado em *terras brasílicas*, o imigrante está à mercê de uma burocracia arbitrária e frequentemente corrupta. Ademais, ele se vê cercado de uma série de preconceitos, amplamente difundidos entre a população, cuja

característica principal é a sua incontestabilidade. Finalmente, enquanto na Europa e nos Estados Unidos, o imigrante encontra movimentos nativos que o apóiam e que militam em favor de seus direitos, no Brasil, a sociedade civil praticamente o esquece, acreditando que migração para o Brasil é coisa do passado.

Tenho acompanhado a jornada de um estrangeiro que vem lutando para se naturalizar e, enfim, se tornar brasileiro. Pode se dizer que sou íntimo a respeito dos detalhes de seu caso, mas o tratarei aqui como informante e, como todo informante, protegerei sua identidade dando-lhe o nome falso de “Jude Thoreaux”.¹ Escolhi o Jude para esse empreendimento porque, além de conhecer bem seu caso, ele se configura como aquilo que tem sido entendido historicamente no Brasil como “o bom imigrante”, seguindo a observação feita por Giralda Seyferth (2000:98). Jude é homem, branco e oriundo dos EUA. Não é criminoso, tem se esforçado para se adaptar ao seu novo meio social e cultural (aprendendo português e evitando contato com outros americanos), trabalha, é detentor de educação universitária e foi casado duas vezes com brasileiras. Definitivamente, nunca ficou de forma ilegal no Brasil. Deve ser, enfim, seguindo as leis e a grande maioria dos preconceitos de classe, gênero, cultura

e raça presentes em nosso país, um “imigrante ideal”. Ademais, Jude possui uma bagagem cultural que permite a ele navegar na burocracia da Divisão de Estrangeiros do Ministério de Justiça com um alto grau de competência. As experiências feitas em suas tentativas de se naturalizar podem ilustrar melhor algumas das falências múltiplas que atualmente assolam as leis imigratórias no Brasil, do que as de um informante socialmente mais marginalizado.

Jude Thoreaux tem 40 anos e é estrangeiro residente no Brasil desde 1992. É natural da zona rural do meio-oeste dos EUA e veio ao Brasil, pela primeira vez, em 1984 como aluno de intercâmbio, passando um ano no interior de São Paulo. De volta aos EUA e ingressando na universidade, Jude entrou no Programa de Estudos Luso-Brasileiros de sua escola e passou três anos se especializando em português, sociologia e estudos da América Latina. Em 1990, retornou ao Brasil e cursou três anos na Universidade de São Paulo como aluno visitante.

A aproximação inicial de Jude com o Brasil foi privilegiada. Como aluno de intercâmbio, ele disponha de uma estrutura de apoio, que incluía advogados, para intermediar suas interações com a burocracia imigrantista. Sua situação como intercambista, hospedado por uma família brasileira, deu-lhe uma excelente

chance de se adaptar e aprender português. Essa sua habilidade com o português ajudou-o, por sua vez, na volta para os EUA, providenciando sua inserção num departamento de estudos avançados, o que possibilitou uma bolsa e, finalmente, o retorno para o Brasil através da USP.

Todavia, apesar de ser relativamente privilegiado, Jude ainda encontrou dificuldades típicas de imigração. Em primeiro lugar, migrar não era sua intenção original. Porém, após três anos na USP, Jude não estava preparado para voltar aos EUA porque tinha novas oportunidades em São Paulo e uma rede de relações interpessoais que relutava em abandonar. Portanto, precisava ter condições de manter sua vida no Brasil, e isto significava encontrar trabalho. Jude logo arranhou um emprego como tradutor de inglês – ironicamente, um dos principais “guetos étnicos” de trabalho para anglo-falantes no Brasil (Blanchette, 2000). Como muitos outros imigrantes, ele trabalhava ilegalmente, pois seu visto de estudante proibia o exercício de funções remuneradas. Seus empregadores, portanto, não podiam colocá-lo na folha de pagamento da empresa e, conseqüentemente, ele estava trabalhando sem benefícios, seguro saúde, ou aposentadoria.

Com o fim de seus estudos na USP, Jude enfrentou outra barreira encontrada por imigrantes. Em 1992, ele se encontrou numa situação difícil, por causa de uma mudança súbita no processo de cobrança de multas para situação irregular no Brasil.² Ele atrasou 30 dias para pedir a renovação de seu visto de estudante em função das provas finais de semestre. Quando finalmente apareceu na Polícia Federal para regularizar sua situação, foi informado de que seu visto tinha sido cancelado e que precisava se retirar do Brasil.

Jude lembra da situação: “*Até aí não era grande coisa, pois no passado isto implicava o pagamento de uma pequena multa e uma rápida viagem ao Paraguai para renovar o visto*”. Todavia, mudanças na contabilização das multas para a irregularidade complicavam o quadro. Diz ele:

Antes, a multa era de US\$ 80. Isto mudou para US\$ 20 por dia, sem limite e retroativa. E mais: se você já tivesse sido irregular antes, a multa era dobrada. Por causa disto fui multado em US\$ 1.200, que tive que pagar antes de poder regularizar minha situação – ou seja, quatro vezes meu salário mensal!

Ele ficou chocado com a natureza abrupta das modificações:

Essas novidades não eram mudanças de leis e sim transformações de como as leis já existentes eram administradas. Pelo que eu saiba, nada foi discutido no Congresso. Quando fui ao Consulado Americano pedir ajuda, nem eles sabiam das novidades. A mudança pegou todo mundo de surpresa. Eu pensava “Meu Deus, todo mundo critica o sistema imigrante dos EUA, mas você jamais poderia fazer algo assim lá sem alguma cobertura da mídia”. Em SP, nada, nenhuma notícia, nenhuma discussão. Era como se estrangeiro simplesmente não existisse na cidade.

Jude viu situações de desespero na fila da PF:

O pior de tudo era o fato de a multa ser retroativa. Tinha uma turca na minha frente que tinha imigrado para o Brasil em 1956. Seu marido, naturalizado brasileiro, tinha tomado conta de tudo para ela. Ela não sabia nada sobre sua situação diante da lei. Mal falava português. Acontece que o marido tinha morrido e ela estava tentando negociar o inventário, e descobriu que seus documentos não estavam em ordem. Foi à PF e foi

multada por 36 anos de irregularidades. Você pode imaginar a situação. A única coisa boa era que, por ter filhos brasileiros, ela não podia ser deportada.

Jude foi avisado por um funcionário da PF que a solução seria pagar a multa e fazer uma rápida viagem ao Paraguai, entrando no país com um visto novo. No entanto, ele e sua namorada Carla, uma brasileira, desconfiavam de que tal solução seria insuficiente: “*Resolvemos, então, casar. Antes de eu partir para o Paraguai, fomos ao cartório para marcar a data*”.

No Paraguai, Jude descobriu que sua desconfiança tinha base: ele tinha sido mal-informado pela PF de São Paulo. Uma mudança adicional na lei proibia aos americanos pedirem vistos para o Brasil fora de seu país de origem.

No consulado brasileiro de Puerto Iguazu, eles me diziam que era uma mudança recente e por isto a PF de São Paulo não deveria saber dela. Tive sorte, porém: quando mostrei ao vice-cônsul que meu casamento já estava marcado, ele teve pena de mim e soltou um visto temporário de 15 dias. Consegui, então, voltar a SP, casar com Carla e, no dia seguinte, dei início a meu processo de permanência.

Explorei em outro artigo o dilema vivido por Jude em função de sua decisão de casar, o que é bastante comum entre imigrantes de todos os tipos (Blanchette, 2003). Basicamente, neste caso, um relacionamento afetivo pre-existente foi subitamente transformado em casamento pela pressão das leis que regulam a imigração. Em face de uma mudança abrupta no regime imigrante brasileiro, Jude lançou mão, então, de um recurso familiar a todos os imigrantes ilegais e irregulares. É interessante notar, nessa crise, que seus vários demarcadores macrossociais de *status* (ser homem, branco, americano, classe média, etc.),

não forneceram nenhuma saída; caso não tivesse a ajuda de Carla, ele teria que sair do Brasil ou seria transformado em um imigrante ilegal.³ De fato, ser americano atrapalhou Jude na medida em que os americanos – diferentemente dos europeus ou latino-americanos – não podiam pleitear visto renovado no Paraguai, tendo que retornar ao seu país de origem.

Após a crise de 1992, Jude fixou residência no Brasil por longo período e sem problemas. Recebeu o *status* de estrangeiro residente em 1993 em função de seu casamento e, logo em seguida, regularizou sua situação diante das leis de trabalho. Nas palavras de Jude, “*Não pensava mais em ser estrangeiro e começava a me ver como brasileiro nascido no exterior. As pessoas ao meu redor, no trabalho e no bairro, apoiavam essa definição*”.

Em 1999, porém, já separado de Carla, Jude voltou à universidade, pleiteando e ganhando uma vaga num programa de pós-graduação conceituado fora de São Paulo. No entanto, mudar de cidade e de círculo profissional ressuscitou uma série de alteridades que Jude pensava ter enterrado. “*Em São Paulo, já tinha meu lugar e, embora gringo, eu era ‘aquele gringo’. O gringo da turma, vamos dizer. Era tratado como pessoa e não como um anônimo. Mas quando cheguei na minha nova universidade, a coisa mais óbvia para meus novos colegas era o fato de eu ser americano*”.

Ser visto como americano em seu novo meio ambiente implicava confrontos com uma série de preconceitos.

No mundo editorial, eu era razoavelmente conhecido e não estava competindo com ninguém. Na universidade, eu estava sendo inserido numa profissão competitiva, com pouquíssimas vagas em seus níveis mais altos. De repente, notei que as pessoas estavam me classificando

como estrangeiro e usando isto para me desqualificar.

Jude lembra particularmente bem de uma ocasião, no final de seu primeiro semestre de estudos, quando uma colega, numa reunião social, decidiu confrontá-lo publicamente:

Essa mulher tinha reputação de ser uma intelectual anti-racista e eu admirava muito seu trabalho. Acontece, porém, que ela achava “um absurdo um americano estar em nossa universidade, ocupando uma vaga que deve ser de um brasileiro e gastando nossos impostos”. Eu pensava “Nossos impostos?”. Porque, pelo que eu sabia, ela não trabalhava, enquanto eu tinha sido contribuinte por seis anos. Pior: ela tinha acabado de voltar de uma temporada de estudos nos EUA, com bolsa americana, e em nossas aulas vivia falando sobre os preconceitos contra os imigrantes naquele país. Fiquei de boca aberta. Houve até professor – gente a favor das cotas raciais, que se posicionava como lutador para a redução das desigualdades no Brasil – que dizia, entre os alunos, que as bolsas de todos os estrangeiros deviam ser cortadas. E, novamente, lá estava eu pensando: “Peraí. Quem é estrangeiro? Sou residente. Tenho os mesmos direitos que qualquer brasileiro no sistema educativo”. Mas o pior foi uma aluna mandar um e-mail acusando os alunos “estrangeiros” de roubarem recursos do Brasil para depois irem embora do país. Tudo isto estava acontecendo num departamento das ciências sociais, num contexto em que a gente discutia o estabelecimento de ações afirmativas, o racismo institucional, etc, mas quase ninguém se tocava quando o preconceito era o nativismo.

Os preconceitos que encontrou em seu novo meio social foram um dos fatores que empurraram Jude para a

busca de se naturalizar como cidadão brasileiro: “*Decidi que se eu tinha que ser o alvo de nativismo, pelo menos ninguém poderia me acusar de não ser brasileiro*”. Então, em 2004, já divorciado de Carla, ele começou o processo de naturalização.

A papelada foi terrível. Além de uma série de atestados legais comprovando que Jude não era alvo de nenhum processo no Brasil, era necessário arranjar atestados de seu país de origem, mandar validá-los no consulado brasileiro mais próximo ao local de seu nascimento e depois traduzi-los de forma juramentada. Ele levou um total de 40 dias para organizar somente os documentos brasileiros e foi preciso uma viagem aos EUA para conseguir os atestados americanos. O custo total da papelada (sem contar a passagem para os EUA) ficou em torno de R\$ 2000. Ele nos conta:

O pior não foram os atestados. O pior foi o fato de que os documentos só tinham validade por 90 dias e alguns atestados levavam um mês ou mais para serem emitidos. Ou seja, eu tive que orquestrar a organização da papelada de tal forma que meus atestados brasileiros fossem acolhidos antes que meus atestados americanos perdessem sua validade – algo complicado quando você está tratando com burocracias em dois continentes diferentes!

Jude conseguiu juntar seus papéis e deu entrada no processo, mas logo encontrou outro empecilho. Antes de se divorciar de Carla, ele tinha se informado com a Polícia Federal sobre o efeito que o divórcio teria em seu status como estrangeiro residente. “*A funcionária principal do setor de naturalização da PF tinha me dito que eu não perderia minha residência sob hipótese alguma, dado o fato de que eu e Carla tínhamos sido casados por quase dez anos. Todavia, uma vez entregue a papelada, a situação reve-*

lou-se diferente”.

A mesma pessoa que tinha confirmado que Jude não perderia sua residência agora o avisava que, pelo fato de o divórcio ter eliminado a justificativa de residência no Brasil, a Polícia Federal não concederia um aval positivo ao seu pedido de naturalização. Pior ainda: a PF estava revogando seu *status* de estrangeiro residente. “*Nesse momento*”, dizia Jude, “*eu tinha fixado residência no Brasil ininterruptamente por 15 anos, sendo residente permanente por 13 anos. Era doutorando em uma universidade federal, professor substituto em outra universidade, ex-bolsista de CAPES e, para a PF, tudo isto não constava como ‘prova suficiente de ligação profissional e/ou afetiva com o Brasil’*”.

A chefe do setor de naturalizações até encarou o fato de eu ser estudante como uma prova de que eu estava mentindo sobre minha situação. “Estudante?! Com quase 40 anos nas costas, como é que você pode ser estudante? Isto não acontece. Isto é muito suspeito”. Apresentei documentos comprovando minha situação como aluno, bolsista e professor, cartas de colegas, da minha orientadora, exemplos de artigos que eu tinha escrito... tudo. Mas como essa gentil servidora pública decidiu – arbitrariamente – que um homem de 38 anos não podia ser um estudante, todas essas provas foram sumariamente desconsideradas. E aí começou uma série de eventos estranhos...

Em conferência com a responsável pelo setor de imigração, Jude foi informado de que sua residência seria revogada caso continuasse pedindo a naturalização. Todavia, como “favor”, a PF arquivaria o processo, “garantindo” que nada progrediria e, assim, Jude ficaria a salvo da ameaça de deportação. Ele desconfiava da proposta:

Na reunião que tive com a chefe do setor de imigração, ela avisou que foi informada pela chefe do setor de naturalizações que meu casamento com a Carla tinha durado somente dois anos, em vez de quase dez, e que eu não tinha nenhum vínculo com o Brasil. Quando tentei falar sobre minha situação, a chefe do setor de naturalizações me cortou, sussurrou no ouvido da chefe do setor de imigrações e a reunião acabou. Aí, então, já de saída do escritório, perguntei a ambas “O que devo fazer para resolver essa situação? Devo contratar um advogado?” E a resposta foi categórica: “Se você contratar advogado, vamos cancelar sua residência e te deportar imediatamente”. Eu sabia, então, que não podia confiar nesse povo. Elas estavam violando meus direitos, tinham ignorado todas as informações comprovadas em minha ficha e agora estavam dizendo que tinham o direito de me deportar arbitrariamente e sem apelos! Como poderia confiar que a PF, de fato, iria arquivar meu processo, dada a truculência ou a incompetência que seus funcionários estavam demonstrando? Então, no dia seguinte, contratei um advogado.

A interação do advogado de Jude com a Polícia Federal também suscitou dúvidas sobre as intenções das burocratas envolvidas no caso:

Quando meu advogado foi apresentado para as duas, uma virou para a outra e comentou “Olha só, o sr. Thoreaux contratou advogado. Agora vamos ter que deportá-lo mesmo”. Graças a Deus, meu advogado foi um profissional excelente. Ele as ameaçou com um mandado de segurança e a conversa logo tomou um rumo mais cordial: “Ahn, se a gente soubesse que o sr. Thoreaux queria realmente contratar

um advogado, era só ele falar com a gente! Poderíamos ter avisado a ele com quem falar e teríamos evitado esta discussão”. Meu advogado classificou esse papo como abertura para um suborno.

Após mais duas reuniões com a Polícia Federal, o advogado de Jude conseguiu frear o processo de revogação de residência e convenceu a chefe do setor de imigração a transformar sua avaliação do pedido de naturalização de “negativo” em “neutro”. Todavia, o processo levou mais de um ano e custou perto de R\$ 4000. Finalmente, em 2006, depois de mudanças na PF da cidade decorrentes de um escândalo de corrupção, o processo de Jude foi reavaliado por outra equipe de burocratas, recebendo aval “positivo” e sendo enviado para o Ministério da Justiça em Brasília. “E aí aconteceu o desfecho frustrante do processo,” como Jude afirma. Em função da longa demora entre o início do pedido de naturalização e seu desfecho, todos os documentos e atestados originalmente apresentados no caso perderam sua validade:

Em dezembro de 2006, 15 dias antes do final do ano, recebi uma carta do Ministério da Justiça dizendo que eu teria que refazer toda a minha documentação dentro do prazo de 30 dias, ou o meu processo seria arquivado. Liguei para Brasília, mandei cartas e faxes tentando explicar minha situação e pedindo uma extensão do prazo, mas nunca recebi resposta. Portanto, agora estou com um processo de naturalização arquivado em Brasília e nenhuma noção de como proceder no caso. Meu advogado pensa que a nossa melhor opção é processar o governo federal por violação de direitos constitucionais. Afinal das contas, como residente no Brasil por mais de 15 anos, tenho direito à cidadania – isto, de fato, é um dos únicos direitos

que a Constituição brasileira concede ao estrangeiro. Mas tenho que confessar que, após “afundar” quase R\$ 10 mil e quatro anos nesse processo, meu entusiasmo para a naturalização já perdeu um pouco de seu vigor. Afinal das contas, como uma das funcionárias da PF comentou, quem mandou eu tentar ser brasileiro?

O que mais perturbou Jude, porém, não foi esse fracasso:

Durante todo o processo, os funcionários do setor de imigração ficavam me dizendo que eu deveria ser feliz, pois ser estrangeiro no Brasil é bem melhor do que ser estrangeiro nos EUA. Obviamente, esse povo é bem cínico, né? Mas o que me irrita profundamente é ter que ouvir essa mesma opinião de amigos e até de colegas brasileiros, estudantes das ciências sociais. Não é o fato de a burocracia não funcionar que me decepciona, e sim o de que tantas pessoas que deveriam ter melhor conhecimento continuam imaginando que o Brasil aceita o imigrante de braços abertos. Que o sistema está quebrado é fato óbvio. Por que continuamos, então, a imaginar que ele funciona bem, melhor até do que na Europa ou nos EUA?

O principal empecilho encontrado por Jude – tanto na crise de 1992 quanto no processo de naturalização – foi a natureza plástica das leis brasileiras que regulamentam a imigração, e que parece encorajar atitudes arbitrárias por parte dos oficiais da Polícia Federal encarregados da sua supervisão. A atual Lei dos Estrangeiros, por exemplo, concede a permanência mediante o casamento com um brasileiro, mas estipula que esse *status* só continua válido enquanto o casamento durar. De acordo com a letra da lei, uma viúva estrangeira poderia ser expulsa do país, após quarenta anos de residência, em seguida à morte de seu cônjuge

brasileiro. Obviamente, tal situação seria extrema, mas nada na lei, como ela é escrita, impede esta ação. De acordo com os advogados da área de imigração, um estrangeiro que fique casado por um período superior a cinco anos antes de uma separação ou divórcio pode ter sua situação analisada pela Divisão de Estrangeiros. Todavia, as bases para essa “análise” não são explícitas e o processo é completamente opaco. No caso de Jude, isto nem foi oferecido como opção pela PF, que o informou de que a expulsão seria “automática” e, aparentemente, tentou usar a vulnerabilidade do americano em face dessas arbitrariedades para solicitar uma propina.⁴

O fato de Jude ter falhado em sua busca para se tornar brasileiro é, de certa forma, mais revelador das ideologias, das estruturas e dos preconceitos subjacentes à burocracia que regula a imigração no Brasil do que um caso envolvendo outro tipo de imigrante menos privilegiado. Afinal, como o próprio Jude reconhece, ele está longe de ser alvo dos piores preconceitos que existem dentro do campo imigratório no Brasil:

Não posso reclamar que sou um excluído. Em geral, tenho sido bem tratado, talvez por ser de classe média, educado na universidade, luso-falante, branco e americano. Mas fala sério: se eu encontrei todos esses problemas, imagina se fosse um nigeriano, um boliviano ou um chinês, particularmente se o cara fosse pobre, analfabeto ou ilegal. Que chance ele teria? Se eu não consigo me tornar brasileiro, quem pode?

É uma pergunta que merece ser levada em conta nas discussões, agora em pauta no Congresso Nacional, sobre a renovação da Lei dos Estrangeiros no Brasil.

*** Thaddeus G. Blanchette é Antropólogo, Prof. substituto da UFF e Prof. assistente do Centro Universitário Augusto Motta/RJ.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANCHETTE, Thaddeus.
(2000) *Gringos*. Tese de mestrado, defendida no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, sob orientação de Dra. Giralda Seyferth.
- BLANCHETTE, Thaddeus.
(2003) “Is it a meal marriage?: imigração e casamentos entre brasileiros e anglo-americanos” IN: Helion Povia Neto e Ademir Pacelli Ferreira, orgs. *Cruzando Fronteiras e Disciplinas*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- SEYFERTH, Giralda
(2000) “Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático”. IN: *Travessia, Revista do Migrante*. Janeiro-Abril.

NOTAS

1 - É mister salientar que o caso de “Jude” não está resolvido na justiça e ele está pensando abrir processo contra o governo federal por violação de seus direitos constitucionais. Dada a situação, “Jude” precisa, por enquanto, permanecer anônimo. Sigo aqui uma estratégia de construção de “personagem real... um viajante pós-moderno” semelhante àquela utilizada pela socióloga Denise Ferreira da Silva, e repito a sua advertência de que todas as observações aqui expressas “são irremediavelmente subjetivas e informadas pelas posições nas quais nossa personagem principal se viu colocada ou eventualmente colocou-se” (Silva, 1997:88).

2 - As informações a seguir a respeito dessa mudança vêm inteiramente das experiências subjetivas de Jude. Não pude confirmar se as suas impressões, de fato, contabilizam as mudanças efetuadas pelo Ministério da Justiça naquela época.

3 - Um imigrante *ilegal* entra no país sem visto algum. Um imigrante irregular entra no país legalmente, com visto, mas fica além do prazo estipulado. A distinção é crucial, pois no segundo caso, o imigrante em questão não violou nenhuma lei criminal e só se transforma em *ilegal* uma vez que, pego pelas autoridades e mandado embora, ele decide ficar. Jude, então, foi irregular duas vezes – em 1984 e 1992 – mas nunca foi ilegal.

4 - A lei pode ser encontrada no <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6815.htm>. Gostaria de agradecer ao Professor Karl Momsa por seus comentários referentes a essa lei e suas pressuposições.

UMA FAMÍLIA BOLIVIANA VAGANDO POR SÃO PAULO

Por Sidnei Marco Dornelas *
e Mário Geremia **

**“Quiero plantar un árbol,
y quiero levantarlo así,
como si fuesse un árbol,
reciente,
realmente va a ser
reciente,
entonces,
levantarme así”.**

O depoimento de Federico e Veridiana (nomes fictícios) nos foi concedido no final do ano de 2007. Pudemos conhecê-los no tempo em que se abrigaram na Casa do Migrante, entre 2005 e 2006. O relacionamento com compatriotas bolivianos e brasileiros fez com que em suas falas se mesclasse o idioma espanhol com termos brasileiros cotidianos. Aqui eles retraçam o seu trajeto de sofrimento e de esperança, passando pelos mundos segregados da capital paulista, à margem até mesmo das redes de familiares e conterrâneos pelas quais os imigrantes latino-americanos se mantêm. Vieram de mãos vazias em busca de uma vida melhor para seus filhos. Semanas após esse depoimento, Veridiana regressou para a Bolívia levando os filhos, com sua memória dolorida, sua pequena vitória e uma enorme esperança de recuperar o que deixou para trás.

Federico fala de sua primeira vinda

Quando en 1999 vine aquí a San Pablo, he venido porque muchos de mis primos, así familiares, saliendo del país a otro país, a Argentina... Ellos volvían y llegaban orgullosos, y trataban de humillarnos a nosotros, ¿no? como primos, “¡ah! usted, no conoces”, entonces por no sentirme humillado, un día yo pensé en la casa y aí escuché en la radio que necesitaban gente para llevar para el exterior a trabajar. Aí, yo llamé, anoté el teléfono y he llamado y esa persona que no conocia, no conocia yo esa persona. Una persona desconocida, aí me citó en tal lugar. Aí nos conocemos, conversamos, me dijo que “300 dólares vas a ganar”, así bien,... entonces yo me animé, me he animado para venir, y yo le dije “no tengo para mis pasajes, así, para sacar pasaporte”, “no yo te lo voy a

pagar todo y con lo que vas a trabajar arreglamos”; entonces aí, una semana yo estaba viniendo aquí a San Pablo, aquí llegué, frontera, pasamos, llegamos aquí a San Pablo.

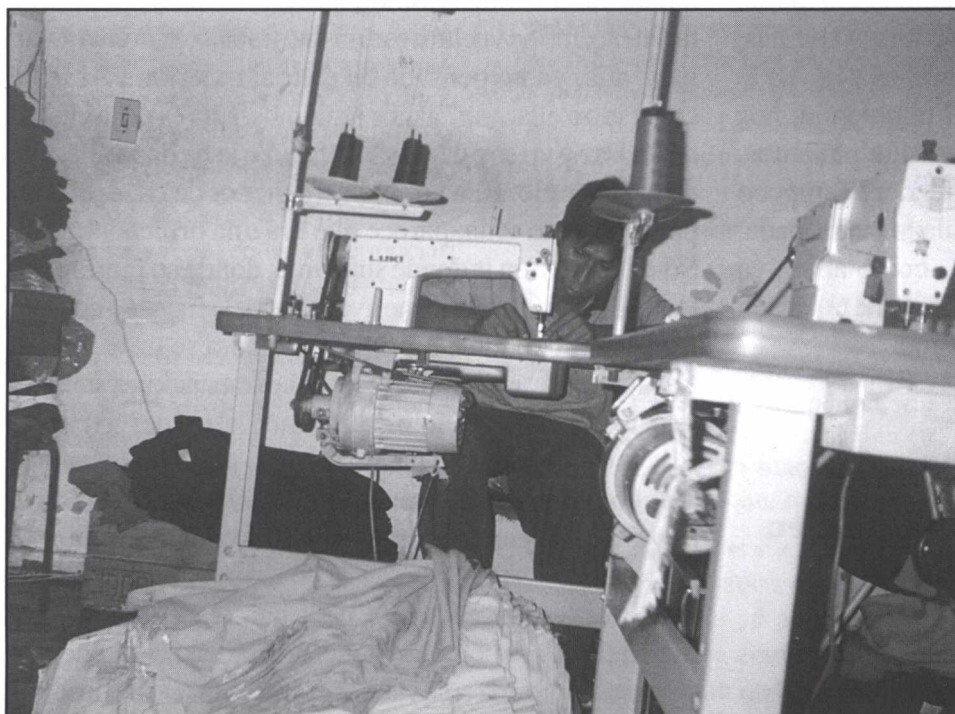
Estaba solo, pero esa vez yo, ya había tenido mi esposa, que yo tengo un hijo, que tiene doce años, y yo dejé allá con mi suegra... Ainda no le conocía todavía con ella. Como sólo había venido... aí trabajé tres meses, aí nunca me pagaron a mí. Me decía “¡ah! vamos estar arreglando que...” tampoco me dejaba salir, me decía que “la policía te va a agarrar, aquí no es fácil salir, me va a hacer problema” y todos los documentos los tenía él como garantía, pensando que yo podía irme, algo así. Aí yo, nunca yo he sido cerrado, siempre a mi me ha gustado ser popular, sobresalir, porque allá, yo en Bolivia, yo no era una persona así... que no conocía, porque he acabado

hasta cuarto medio, he ido al cuartel, ya tenía un poco de formación de mi persona, ya he sido presidente de cooperativa dos veces, he tenido una organización grande, he... casi ocho comunidades que también yo manejaba como central agraria, como una autoridad. Y yo aquí me sentía incapaz, yo me... conversaba con él, “¿por qué no me quieres pagar, né?”, yo tenía eso en mi vocación, yo no era humilde, humillado, então, él un día aí me... “te voy a estar pagando” me dijo, “he gastado más, te he pagado el pasaje”, entonces un día, así me,... no quería estar así como explotado aí, entonces un día, me he escapado yo. He salido así con un amigo, cerca hay una discoteca, aquí en Brás, aí hemos llegado, así entre dos, con un amigo del mismo trabajo, hemos llegado, nos compramos una cerveza y salchipapa y se acabó nuestro dinero. Aí estábamos conversando...aí apareció un amigo que me ha reconocido, que había estudiado en el mismo colegio donde yo he estudiado, en los Iungas, en Caranabi, aí me dijo “¿tú eres de tal colegio que estudiabas?” Sí, yo le dije, soy del Colegio Colorado de Bolivia “¿y en qué colonia vives? yo soy de tal colonia”, aí nos damos la mano, nos quedamos a tomar toda la noche, yo le he contado. Le dije “mira, así estoy, así no me pagan”, “¡ah! no te preocupes, mañana nos vamos a ir conmigo”. El día siguiente yo me he ido así paradito ¿no?

y he dejado todas las cosas ahí que tenía, cama, ropas, mochila, todo, ¿no?... aí su hermano tenía oficina de costura...

Él me ha dado ese lugar para aprender de máquina porque, el que me ha traído me colocava como ayudante, a mí no me quería enseñar, sólo enseñaba a sus familiares cercanos que tenía, porque yo no era un familiar de él, era así,... no me ha enseñado a mi, sólo ayudante, ayudante. Yo quería aprender, quería hacer algo, costurar recta, over, quería, pero no me daba ese lugar. Y como yo me he salido, me he escapado a otro lugar, ahí me daban, he entrado a sentarme en la over, casi dos, tres meses de trabajo en la over, después recta, ya era costurero. Aí mi salario, apenas ganaba R\$300, esos R\$300 cuando así, para mí era poco,... En cambio el dólar estaba a 2.40 por aí, US\$100, dólar, y poco ganaba y yo decía “qué voy a hacer con este dinero, así voy a estar cada mes, no dá”. Otro amigo también tenía, él había tenido documento en la amnistía, que había logrado en el 88. Aí nosotros salíamos en busca de trabajo, a las empresas, fábricas que podíamos entrar, aí yo he estudiado dos años mecánica automotriz, así buscando algún trabajo que pudésemos encontrar así, para no quedar trabajando así de siete de manhã hasta media noche, porque trabajamos hasta media noche

en costura... Para mí, yo era como explotado. Así ese horario uno se siente cansado, duele la espalda, el brazo. Nos encontraba, encontrábamos así y nos hacían marcar ficha y documento, yo no tenía documento, ni curriculum deixar. Yo no tenía como deixar, documento no tenía nada, estaba ilegal. Aí yo he pensado... de costura yo trabajo con coreano, aquí en Brás mismo también, aí he aprendido a bordar con máquina computarizada, o Grants, tengo fotos todavía aquí,... aí he sido maquinista, de ayudante a maquinista, después ya, en el escritorio he trabajado como telefonista, recibiendo clientes, aí ganaba 500 reales, aí me daba comida, casa, ocho de la mañana hasta las ocho de la noche. Aí por lo



Federico na função de maquinista.

menos algo ganaba, algo más un poco y también mi tiempo no era mucho. Yo quería estudiar, por lo menos ser algo, “¿qué voy a hacer, no puedo quedarme así?” tampoco no tenía esa posibilidad de estudiar, el tiempo también no daba. Un día también ahí, me conocí con una amiga, ahí me dijo que había sido empleada de un tal, una fábrica de muebles que había tenido un boliviano, me dio el teléfono “pero no le vas a decir que yo te lo he dado” porque por ahí me dice a mí: “¿Por qué estabas dando el teléfono?”. Guardé ese teléfono unos cuatro meses, ahí un día llamé, me dijo “ven, necesito un carpintero”. Porque en Bolivia se dice carpintero, aquí marcinero. Fui ahí, yo ya había trabajado en carpintería en Bolivia pero no hacía muebles. Yo sólo, allá trabajo por sección, yo era tornero, torneaba pura pieza de madera, se trabaja por sección... allá. Cuando yo aquí en Vila Santa Catarina, aeropuerto de Congonhas, ahí he llegado, ahí ya me decía, tal mueble, “¡házmelo para mirar!...”

No era tan fácil, pero yo tenía que afrontar, otros amigos así también me decían, “así, así vas a hacer, así vamos graduar las máquinas, así se liga, así...” así poco a poco yo he aprendido, he trabajado cuatro meses, casi cinco meses. Ahí mi salario pagaba R\$ 450, no me quiso aumentar, “si no quieres, puedes irte”, nuestro patricio, nuestro mismo. En una semana yo producía 2,6 mesas bider mayrs. Cada mesa él vendía casi a 800, a 900 reales, yo en dos semanas, yo produzco seis mesas de... Yo le decía así, tienes que aumentar... ¿no? también ahí, nos explotan a nosotros. Piensa que nosotros no podemos, ¿dónde quejarnos? ¿Quién nos va a defender? Tampoco yo no conocía ni la pastoral, ni el consulado, nada, nada, ¿no? porque esa vez no había tanto... como ahora ya hace férias, esa vez no era tanto así... Ahí, como he trabajado ahí, yo me fui a Bolivia porque não dava aquí.

Federico volta para a Bolívia e conhece Veridiana: memórias de seu tempo como plantador de café

En 2001 yo he vuelto a Bolivia. Yo decía “nunca más voy a volver aquí a San Pablo, porque não dá, sin documentos así trabajando”. Tampoco no tengo un

estudio bien acabado, profesional para entrar a algún trabajo, he llegado allá porque... Más antes, yo siempre he crecido en Bolivia, ¿eh? mas en cultivo de café, producción, porque mi papá tiene así, cafetales, como fazenda. Yo, desde pequeño yo he visto meu pai cultivando café. Yo más me gusta cultivar café, cosechar, plantar, desyerbar... todo ese tipo. Yo me he dedicado a eso, como en allá, como dije que yo era presidente de una cooperativa, ahí también nosotros, como los hijos, como es una comunidad, allá se dice una comunidad, ahí nosotros queríamos comandar, los hijos.

Ya hemos acabado cuarto medio, ahí siempre nos humillaba otras personas mayores “¡ah, quien sabe ese niño, ese joven, no tiene ni experiencia, que nos va a estar aquí hablando, queriendo manejanos!” siempre decía en la reunión, cuando había asambleas. Nosotros hemos dicho, los jóvenes, nosotros nos formaremos otra organización. Nos hemos salido de ese sector, hemos salido, otra tierra hemos agarrado. Hemos buscado tierra virgen, tierra que no estaba cultivada, ¡nada!

Aí plantamos café, porque nosotros ya sabíamos como era el sistema de cultivo del café, que variedades teníamos, que variedad puede rendir más, cuales son malos granos, todo... ya sabíamos. Como yo ya tenía allá, daquí, yo me he vuelto, me he vuelto a ese mismo trabajo, para engrandar más, allá, ya no pensaba en salir al exterior... Ahí le he conocido a ella, ¿no? ahí nos juntamos. Ella es de la ciudad de La Paz y yo soy de Los Yungas. Yo le he dado allá, ella no sabía como. Ella también era menor de edad, ella no pensaba en la vida, parece que era una brincadeira así. Sólo pensaba en ir donde su mamá, donde su familia. Yo también quería que ella me ayudase por lo menos a cocinar, para los trabajadores, porque allá para se trabajar con trabajadores, ¿no? Como diez, ocho trabajadores siempre se tiene para así que estén cosechando, estén desyerbando. Ella no tenía ese apoyo para mí, casi también peleamos mucho, yo le decía “¡entonces mejor andate donde tu papá!” ... ya peleamos como... varias veces con ella...

Allá es como, cada lote, cada parcela, es dueño uno, tienen título, su parcela, quince hectáreas, es dueño. De nosotros la misma coisa también era, cada uno de nosotros teníamos veinte hectáreas. Yo era dueño de esas veinte

hectáreas. Mi vecino que es otro a mi lado, también otro, veinte hectáreas, así, loteado, allá se dice lote, cada uno tenía todos los derechos, respetarnos las colindas, todo...

Yo lideraba, yo era un líder, ¿eh?... pocas gentes que me valoran, hay otras gentes, siempre piensan, yo he trabajado con dos instituciones, Ongs, no gubernamentales e nos dábamos asistencia técnica, nos dábamos apoyo, cursos, así, seminarios. Piensa la gente que yo me estaba viviendo de esa institución, que me está pagando a mí. Aí, ficava medio chatiado, hay veces, malagradecido, de algunos. Yo dije: *“tanto he luchado y al final no valoran, es difícil así”* manejar gente, tienen diferentes ideas, formas de vida. Algunos diferentes, opiniones diferentes... Yo también tanto estando como directiva, como un líder, yo gasté también mi dinero, yo no gano nada, no tenía yo un salario, un sueldo, yo, ellos aportaban,... Yo con eso tenía que salir a la ciudad a hacer trámites, porque una organización para documentar se hace serie de trámites para que tu producto salga para el exterior, hay diferentes... tu también tienes que afiliarte aquí... Aí yo último, estando también como estábamos, plantando café yo no tenía tanto dinero, pero había una esperanza que estaba creciendo café, que vamos a cosechar y vamos a exportar, yo estaba en La Paz... Un día me ocurrió venir así y vine, a ver, voy a ir a ganar plata, dinero, voy a ir a ganar tanto, me dijeron... *“300 dólar al mes vas a ganar”*, por lo menos un año me voy a quedar con ese dinero, algo voy a comprar.

Veridiana fala de sua vinda para São Paulo

La verdad, la verdad no,... no me interesaba eso a mí, lo que cultivaba él, porque yo soy de la ciudad, yo quería



Pais de Veridiana, na Bolívia.

ganar cada mes, que ele ganase salario, que ganase por lo menos, estar ganando en Bolivia, que alguien que tiene un trabajo bien, ganando unos 500 bolivianos y 400 bolivianos...

Yo quería recibir cada mes así, no me convencía lo que hacía él. No me convencía, porque cuando vino a San Pablo, aquí, ele vendió su terreno. Para mí no había nada de tierra, nada era meu, era de su hermano, no tenía nada de propio el Federico. Para mí era de balde fazer cualquier cosa. Cosechar café era para su hermano, decía él, hagan así, parte por parte, para mí un parte, para él un parte, era para mí doble trabajo. Matarse, cocinar temprano. Hacer todo era para mí en vano, si fuese de mí, de él... si, yo haría con mayor valor, decía. Para mí no tenía valor, no recibía cada mes. Realmente no me interesaba y yo tomaba todo, un juego, cosa que yo nunca me paso en mente, realmente. Yo decía: *“Federico, ¿qué vamos a hacer?, algo que no es tuyo y queremos conseguir también y no tenemos un capital, tu no tienes y ni yo tengo”*, porque yo soy de una familia que somos bastantes hermanos, nunca tuve así un valor que me apoyase mi papá. Tengo las hermanas bien pequeñas, no tenía apoyo mayor... *“yo te presto tanto, ¡cómprate un lote que sea tuyo!...”*

entonces yo dije: “¿Qué hacemos?”. Yo tuve el Brayan... ya lo tenía, mi Brayan y engravidé, ya lo tuve así, habló así, mi hijo ya tenía un año y gateaba hacia atrás, no gateaba hacia el frente, entonces me daba pena. Un día desses pensé que lo lleváramos al hospital, ver que ele tiene, fuimos al hospital, me dijeron que al niño hay que operar porque, “*tu hijo no está bien, está descaderado*”, o sea, así me dijo. Aí yo tomé un susto, le dije “*Federico, mira aquí tenemos poco dinero, entonces ¿por qué no nos vamos? porque...*”, tenemos una casa y le vendimos esa casa, entonces nos fuimos, no teníamos nada allí, nada que nos segure, que tiene de su papá su lote, de su hermano, tem, mas de ele não teníamos, se lo vendieron, entonces yo le dije: “*¿mejor por qué no vamos?*”

Me comentó un amigo mío, del hospital, me dijo: “*¿por qué no tú vas? – Porque yo no conozco San Pablo – me dice, por qué no tú vas a San Pablo, a ver si tu consigues hacer operar a tu hijito, porque aquí te va a costar un valor alto*”, me dijo, y pues no tenía esa idea cual era, iba a ser ese valor alto. Me lo cotizaron así: por ejemplo, “*te va a costar la mitad, la mitad te ayuda, el, este hospital de niños que allí tem en Bolivia, la mitad te va a ayudar, la internación va a ser pago, indicciones, tudo isso vai ser pago, la cama, el día que va a quedarse, todo eso va a ser pago*”, me dijo, y yo no estaba dispuesta porque no tengo apoyo,... va a ser de mí, tenía que hacer todo lo que tenía que ser posible, tenía que ser para él, y yo dije: “*¿De qué me voy a sustentar?*”, porque casi, él es viudo, casi no es soltero también, no tengo ese apoyo fuerte, cuando uno se siente soltero, tiene un apoyo del papá. Su papá nos apoya poco porque también tiene sus hermanos, él para hacer estudiar, todo eso, no teníamos un apoyo fuerte, lo que hemos agarrado ese dinero, para venimos a San Pablo a ver si conseguimos hacer operar allá... Era tan fácil en el pensamiento, “*yo trabajo, vos trabajas, todo mundo trabajando*”, y nunca pensé que fuera así tan apretado pasar aquí en San Pablo. “*Yo llegaría, trabajaré – yo así pensaba – por lo menos yo cocinaba, o costuraba, aprender*”, y no ha sido así. Llegué aquí, llegué un... no me recuerdo bien la fecha, llegué el mes de abril, a pesar debe ser 15 o 19 de Abril, por aí... 2005... llegamos...

Vagando por São Paulo, entre o trabalho e as crianças

Federico: Dijo, ya sabíamos que era así, necesitaba hacer aquí la operación. Yo sabía que aquí había ese hospital de Estado que tiene un fondo, pero no sabía bien. Un doctor nos dijo que “*¿por qué no van allá?*”... aí nossos cuñados que vendieron nuestra casa, vendimos, porque yo también quería venir solo, ¿no? Aí ella también no quiso quedarse atrás, estaba también grávida, de seis meses del pequeño, del Álvaro. Mi papá, mi mamá tampoco no nos decían “*yo te voy a prestar un dinero, hasta operarlo aquí*”, no había nada ¿no? no nos apoyaban, el padre tampoco; nosotros teníamos que lanzarnos así a ver si conseguíamos. Yo ya conocía, yo podía por lo menos algo trabajar, yo. Ella no conocía. Yo le aclaraba todo, vamos porque con mi familia no es fácil.

Aí llegamos aquí a Brás, aí estábamos dos semanas sin costura... Aí yo le dije al oficinista, yo le dije: “*mira, mi hijo tiene este problema, yo he venido por eso, tu tienes que comprenderme*”, él ya ha renegado, “*¡no, yo quiero que trabajes!*”

Veridiana: ... y no me daba para fraldas siquiera, yo decía, por lo menos...

Federico: Una vez fui llegando, me decía, “*¿cadê nuestro dinero? ¡dame por lo menos unos cien reales, 10, 20 por semana!*” También ya dos años que también quería huir. Había también otros en la misma casa que vive, en la oficina, aí, peleaba mucho, ¿no?,... se lascaban, se arañaban la cara, se venía llorando al lado de mí, donde yo estaba trabajando... Yo renegaba no más, yo me pasaba, ya no daba para trabajar ¿no?, yo le decía a ella también, cuidado de pronto allá... Un día he salido en busca de otro lugar para trabajar, porque había trabajo mas antes, ¿no?... en esa carpintería, aí llegamos, ella entró de cocinera y yo tenía siete meses en el trabajo y aí llegamos donde ese boliviano... él no nos apoyaba, no nos dice que... yo le dije: “*está así mi hijo*”. “*Tienes que caminar, tienes que buscar*”... aí ellos no te dan así como La Casa del Migrante, que nos há dado ese apoyo... ¿no?... documento, él nos dice: “*Tienes que tener el documento*”. Es difícil sacar aquí, no es fácil, lo que les ha interesado a ellos es

que trabajemos para ellos, sólo eso, ahí ya ganó nenê, ahí un día domingo yo he ido le recoger; jueves ¿no?...

Veridiana: ... Sábado por la tarde salí del hospital...

Federico: Hubo cría jueves, ganó nenê, en el hospital, sábado yo le recogí, lunes ya quería que cocine, “*ya deberías cocinar, porque yo no se, tengo hambre...*” Yo salía del trabajo, del mismo galpón grande, ahí vivían muchos bolivianos, trabajamos los carpinteros, ¿no? y yo vivía en un canto así... y mi hijo también ya caminaba, correteaba... sus cosas de otros amigos que tenía en guardar... ahí yo le dije al dueño: “*mira no quiero incomodarte, ¿no? voy a salirme afuera a vivir, yo quisiera que me lo pagues, mi salario*”... ahí él me dijo: “*mejor andáte, mejor váyanse de aquí, mañana no me trabajes*”, me dijo, el lunes, yo fiqué así entre martes, yo estaba entrando al trabajo, ahí me dice: “*yo te he dicho andáte*”, yo también ya medio resentido, yo también me he enojado, “*entonces págamelo...*” le dije, yo no estoy para perder mi tiempo, le dije “*págamelo y me voy*”, le he dicho,... ahí su esposa llega, su mujer, “*¡ah!, ¿cómo se van a ir con dos hijos? ¿qué van a hacer? ¿quién les va a aceptar? aquí por lo menos tienen un cuarto*” tampoco no era así una casa, tenía el techo que cuando caía lluvia, todo chorreaba agua...

Veridiana: ...¡ Por todo lado!...

Federico: Con toda el agua teníamos que dormir así. Ahí, el día siguiente yo me he ido a buscar y he encontrado otro trabajo pero ahí mismo vivía todavía, porque no me estaba pagando. La mujer me rogaba así: “*discúlpate de don Carlos*”, me dijo, del dueño, yo le dije: “*¿por qué le voy a pedir disculpas? ¿qué mal le hice yo? ¿yo le he insultado o qué? ¿o es que no le agrada mi trabajo? si quiere que me vaya yo me voy...*” Ahí sexta-feira nos pagó, teníamos casi setecientos, por ahí, reales. Llegamos donde una amiga, ya nos trajo a la Casa del Migrante, yo no sabía que existía. Ahí llegó el pequeño, el Álvaro, que tenía cuatro días, - “*o siete días, tenía ¿no?*”- Ahí hemos llegado a la Iglesia, esa noche don Juan dio lugar para mí dormir, para ella no había, ¿no? Tenía que dar en la prefeitura, en la plaza, por más, allá ¿no?

Veridiana: Me recuerdo que el padre me dijo: “*¿qué estás haciendo aquí?*”, me dijo él, “*¿y quién es usted?*”, le

dije porque yo tenía miedo ya, tanto miedo que tenía ya, que fui a dormir tres noches a la prefeitura. Tenía bastante gente, de otra clase y locas y bebados, así que tenía miedo que... tres noches y no dormía, y dije: “*¡ay Dios! ¿qué me está pasando?*” Porque no había sido fácil con mis hijitos y lloraba harto y a veces me recosté contra la pared... por eso no quiero lembrar-me... (*pranto*)... No ha sido nada fácil. Así llegamos una mañana a la Iglesia, justo me dejó el taxi, adentro me dejó... ahí vino un padre, yo no conocía a ninguno de los padres, un señor, me dijo: “*¿qué están haciendo aquí ustedes?*” Yo le dije: “*señor, estoy aquí sentada*”, le dije: “*¿puedo ficar aquí?*” le dije... Vamos lá! me llevó a la oficina que es donde está el padre... entonces me dijo, hizo una ficha para mí, para quedarse en la Casa del Migrante, era un día domingo, era. “*¡Tu te vas a quedar aquí en la Casa! Por enquanto no tenemos vaga*”, todo el mundo tiene un cuarto donde dormir... no me importa donde quedarme, la cuestión es que tenga una cama para dormir mis hijos...

Federico: Porque ella no tiene a nadie, por lo menos, “*préstame algo, o me falta esto*”, ¿no?... Claro hay amigos, pero le dices para ellos, no tienen, “*no tengo*”, te dicen, entonces yo trabajaba, a ella le dejaba en casa del Migrante... don Juan, el padre, nos decían: “*¿cómo está tu documento, cómo estás haciendo?*”. Yo hasta ahí, pedí permiso para sacar su certificado de nacimiento, ir al cartório, así, para sacar su RG, todo así, documentarlo... Tampoco no era fácil así, entrar directamente al hospital, que mi hijo está sin... Necesitaba un encaminamiento y yo fui al hospital “Menino de Jesus”, ahí me, ahí me preguntó, yo le he, yo le he mentido también, yo le he dicho que mi hijo anda mal, “*¿desde cuándo lo has notado?*” me dijo. Yo le he dicho: “*desde siempre*”, yo no le he dicho que de allá ha venido así, tampoco, ¿no? Porque en frontera intentamos entrar por motivo de mi hijo, que está mal así. Un monte de documentos ya me ha pedido en la frontera... porque tiene que autorizar tal hospital a tal hospital,... todo no era tan fácil. Aquí yo le mentí. Ahí me dió un papel, y parece que ha dado una fecha, porque no marca, así a una semana antes, mes que viene... casi, unos, que tres meses de encaminamiento necesitaba. Ahí un día ya hacemos operar al Brayan su pie derecho, ahí la Iglesia me ha ayudado a llevarle, porque necesitaba mucho de cuidado, estaba

enyesado. Así me quedé una semana en el hospital cuidando a él. Así ya hacemos operar.

“El mundo se acabó para mí, ¡acabó! ahora ¿cómo me resucito?”

Veridiana: Yo lo que me valorizaba era mi hijo, sólo, y pensaba en mi hijo, quiero, quisiera que camine. Yo pensaba a veces cuando estaba enyesado y decía: “¡mirá! ¿será que algún día vai volver andar?” eran esas metas y desesperado, ¿no? decían: “no sei se vai a volver a andar!”. Decía “otro chiquito no iría a andar” y yo chorava.

Federico: Lloraba tanto que quería, ella decía: “Yo me voy” decía, ¿no? así estar sufriendo, pero nuestro hijo no puede quedarse así, hemos venido aquí, hemos marcado todo. Tenemos que hacer operar o se va a quedar a operar ¿cómo? Porque nunca había pasado una operación en mi familia, nunca había visto yo, para mí era una cosa extraña, medio que sea operado. Así un día se operó...

Veridiana: Nunca vi en mi vida porque ha sido mi primer hijo. Tampoco no hay esa cuenta de operarse, o de llegar a esa situación, nunca he visto. Ha sido mi primera impresión. Ha sido llegar “Santa Casa” y ver gente que estaba operado de toda cuenta, y yo dije: “¡ay! ¿va a pasar por eso mi hijo?” yo dije, en ese instante yo dije: “no va volver más a andar” si se va a operar, va a morir, ¿no? entonces, “no sé si va a volverse a recuperar” yo dije. Porque mi familia... no tenía mucha alimentación como nosotros le habíamos dado mas antes, aquí cuando hemos llegado a Brasil, recién cuando, en la Casa do Migrante ha tenido un poco de alimentación mas fuerte... cuando estaba sin trabajar no tenía alimentación casi, así decía: “con ese se recuperará o ¿no?” decía... nunca voy a... de la Casa decía todo mundo: “Tu hijo se va a recuperar, tem fe en el Dios”.

Tengo fe, mas me duele mi hijo ver en la cama, que está ahí botado y mi azar, era para mí, trabajo demás, tenía otro chiquitito llorando, el otro grande, teniendo todo el tiempo en la cama. Yo decía: “Nunca he vivido este

azar que estoy pasando esto y solamente esperaba eso” ha sido... la única decisión ha sido mía que mi hijo que vuelva a andar, la única fuerza que tenía, mas, dinero ya no me interesaba, para nada, ya tenía comida por enquanto. Yo decía: “tengo por lo menos donde dormir, tengo comida por lo menos, ya no me preocupaba ya por eso”. Entonces yo decía: “¿cuándo va a llegar la hora de salir de la Casa? ¿y que va a ser de mi hijo? Me quiero ir... ¡luego, rápido!...” No tenía ese dinero para volver, porque le tenía prestado de mi papá y yo vine apenas con mil dólares. Me prestó de mi papá y hasta ahora le debo a mi papá los mil dólares porque me faltaba para pasaporte y para aquello. Mi casa vendí apenas por dos mil dólares. Me faltaba mucho dinero para venir aquí a San Pablo, entonces ahora yo decía: “no importa el dinero”. Decía, “mi hijo es lo que me importa”, más antes, y mi familia, ¿sabes qué me dijo? Lo que más me duele, mi papá tiene hermano. Mi papá tiene un hermano, un hermanastro, una hermanastra también, que es mi tía, no es mi tía propia y mi tío me llamó: “le debes Veridiana a tu papá dos mil dólares, ¿cuándo vas a mandar? ¿y cuándo va a llegar ese dinero?” Yo no sé tío, le dije: “mirá que yo estoy pasando por estas etapas” yo dije. “El señor que me ha puesto”, yo le dije. “¡Ah! ¿para qué le haces operar a tu hijo? ¿quién te ha mandado? Si ha nacido así, es que tienes que dejarlo” me dijo... “Así ha de quedarse tu hijo, ha nacido así, ¿pá’ qué te estás gastando tu tiempo? En vez de que estés trabajando...” “Está bien” le dije, “gracias tío”, nunca más llamé, pues.

Y me dice: “tienes que dárselos y tienes que levantarse con ese capital tu papá” “Mi papá me entiende” yo decía, “vós el que no me entiendes” yo decía. Mi papá me apoya hasta ahora, me decía: “hija, ya que no has hecho operar tu hijo, ¿entonces qué vas a hacer? El dinero se consigue, la vida es lo que no se consigue” me dice. Yo dije, es lo único que me queda de mi papá en mi corazón. De mi familia no. “¡Tíos, tías, han muerto para mí!” yo dije, porque no tengo apoyo realmente. La única familia que me ha apoyado está en la Casa del Migrante, señor Juan, el Joaquín, todos me apoyaban. “Veridiana tienes que tener fuerza y aguantar a tu hijo...” Dos cirugías: la primera cirugía yo pasé como... segunda cirugía yo pasé sola, né? Ya estaba en Jabaquara.

Aí yo pasé...“¡Ay! ¿Ahora quién me va a ayudar? Porque es llevar al hospital y hacer fisioterapia...” me ayudaron hasta en eso y el que me fue a recoger no era el señor Juan. Me llevó un muchacho que me trouxe hasta el hospital, amigo aquí. ¡Boliviano, bolivianos amistad no hay para ayudar! Por ejemplo: “Veridiana, tu hijo está mal está en hospital, tienen... tiene tudo.” Le conté eso, que estaba mi hijo tal, que está en tal lugar. Ninguno ha sido capaz de decirme “Veridiana te voy a traer, ¿qué hora va a salir tu hijo?” Ninguno de esos amigos me vino a visitar y yo le dije a Federico: “¡bolivianos sólo para ir a tomar!” porque no tienen esa impresión de ir a ayudar a una persona. Siempre ha sido aquello que es bien difícil. Los documentos es difícil, todo ha sido difícil para bolivianos. Así yo dije: “no es así” yo le dije: “en mi corazón no es así”.

Después que salimos de la Casa del Migrante, ha sido tres meses que yo pasé muy difícil. Yo pasé llorando porque casi parece que el mundo se acabó para mí, de nuevo, acabó, “¿agora, como me resucito?”, porque yo me veía solita en la casa, yo decía, “agora que hago, me voy tengo que esperar una segunda cirugía, ¿qué hago?”, mi desespero era grande: “¿agora qué hago?” porque tengo un bebé.

Federico: Toda cosa nos faltaba. Porque en la Casa do Migrante no teníamos ni un fogón, ni una geladeira, nada, ni una cama. Teníamos que comprarnos cosas que alcanzaban, usadas. Yo alquilé una casa allá, así nos llevó don Juan y también teníamos panelas, platos, ella que ganaba de uno y otro, así la casa también se llenó ya, también, más o menos. El alquiler también ya llegaba, pagar alquiler, ya, comida, todo... Porque yo me he buscado trabajo, porque era cerca a mi trabajo, así yo iba a pié, veinte minutos, a pié me venía. Así teníamos que esperar su segunda cirugía, para hacerlo operar, una vez que ya estaba operado y así me pedía permiso de entrar, yo le contaba, “mi hijo está en esta situación”. Ellos me apoyaban en mi trabajo “tienes que ir, tienes que llevar, no puedes dejar así a tu hijo” hasta ahora me dicen así: “¿cómo está tu hijo?” “¡ah! ya está bien, andando”.

Veridiana: Yo tengo saudades, porque allá pelo menos tengo mi papá que me va a apoyar, agora, ¿no? agora que voy... no tengo ese apoyo, por ejemplo digamos: “hoy

día estoy yendo a Posto”, no tengo a quien dejar con mis hijitos. Esta mañana he salido a las ocho de la mañana y llegué a medio día. Mis hijos no soportaban ese horario que yo llegue. Desesperados, ya fui una vez con mis hijos, yo dije, así yo desistí. Yo me vine con mis hijos, porque los hijos hacen un escándalo y quieren venirse rápido, entonces yo dije: “me voy”, y no tengo ese apoyo, entonces yo dije: “¿qué voy a hacer solita?” Dejar al creche, a la escuela, es la misma cosa, tienes que ir a recogerlos, tienes que lavar ropa, tienes que atender a él y trabajar, tienes que hacer todo, tu sola. Entonces mi hijo lo mandé a creche, agarró sinusitis, sinusitis... tenía que hacer tratamiento casi, hasta duró casi cuatro meses con tratamiento, por esa sinusitis...

Ni yo puedo vestirme de la forma que puedo vestirme allá. Aquí todo el mundo me mira, porque siento que es extraño, ¿no? Verle a una persona vestido de otra forma. Así yo dije: “tanta saudade de vestirme de esta forma y tener que vestirme desta forma”. Yo dije: “quisiera volverme allá y vestirme normal”, que nadie que me mira allá, no mira aquí, que parece no se qué. Colocan nombres, entonces y dije: “¡ay! no!”. Yo me quise vestir aquí, tengo más vestimentas allá, de Bolivia que trouxe y vestimentas aquí de Brasil, que conseguí aquí y entonces, no me siento así, “vontade”, tem que...

Federico: También la forma de comida, también igual, no es lo mismo que uno ha crecido allá, ni yo mismo aquí no pretendo quedarme, siempre nuestro pensamiento siempre está en allá, en volver. Porque los hijos van a crecer, yo en ese estado que estoy aquí, así trabajando... Claro de sufrir mucho, lo sufrimos, yo trabajo, me gano, pago alquiler, compramos comida y qué va a ser si de aquí a una vez que van a crecer, van a tener cinco, seis, siete, ocho años, ellos entienden las cosas, ya quieren todo. Ya mira a su amigo, “mira ya ese chico tiene ese zapato, ese ropa, yo quiero igual”. Mientras nosotros crecíamos, yo, no andábamos ni con zapato, yo andaba con mis “abacas”, así, hecho de llanta de carro, sabe, como sandalia. Yo andaba así allá, lluvia, sol. Hoy en día quieren tenis, es bueno, yo también digo: “mejor nos iremos allá”. Si yo tuviera un capital, así, yo me iría, ahora yo, llegando allá, ¿qué iba a hacer yo para empezar mis negocios? Tengo que tener un poco de capital. Por eso yo pienso quedarme, ella, mientras van y a fin de año voy.



No verso Veridiana escreveu: "Un recuerdo de mi pueblo - 1999".

Porque allá tenemos todo, comida, tenemos fruta, yo tengo naranja, mandarina, plátano. Todo yo tengo allá, siembro parte también papa, trigo, arveja, habas, papulviza, otras comidas que no hay aquí. Pescado también allá. Comida para mí, bien allá, la alimentación, o sea natural, ecológico, orgánico. Porque aquí todo fruta, contaminado parece que así, por lo menos allá uno come fruta saludable, algo por lo menos que sea mejor allá. Tener una casa que tenga ...

Veridiana: Vamos tener que empezar de nuevo realmente. No tenemos una casa ni terreno. Entonces yo voy allá, por el momento me voy a estar rogando por alquiler. Por el momento voy a quedarme donde mi papá... De mi parte voy a trabajar con lo que se trabaja, artesanía, con así, hacer mantas, trenzar as mantas, esas cosas se, y con esas cosas yo voy a poder ayudar a él, comprando el terreno de nuevo, construir mi casita... Por enquanto yo tengo parte del apoyo de su papá así, bananas, mandarinas, todo eso; de mi parte es más cerca mi pueblo, mi pueblo es a una hora de viaje en el mismo ônibus de la ciudad. Achicaría se llama lá, entonces, yo digo mira... Para mí, a mi pensar, no va a ser tan fácil levantarse de nuevo. Si se que voy a

estar aquí en San Pablo, eu acho que não voy a poder conseguir, así me siento, porque todo apoyo, realmente ese apoyo que nos dan, de boca, aquello no quiero desperdiciar. Ese apoyo recibí y quiero plantar. Por ejemplo, un árbol plantado levanta y crece ¿no? entonces yo quiero hacer eso. Ese es mi pensamiento pero no sé, tengo que tener fe en Dios ¿no? Para levantarme fuerte, y ya que existe mi hijo y ya se todo, entonces ya

me siento liberada ya para irme.

Hasta que abusé del Padre. Porque a veces me faltaba comida y yo decía: "*padre, me da una cesta básica.*" A veces tenía que tener duro en mi cara decirle, me da tanta vergüenza por dentro, pero por mis hijos, ¿qué puedo hacer? Robar es, robar, pero no... Tengo tanto miedo, tanto miedo, qué hago ni siquiera, desesperada al lado del padre: "*¿qué digo, qué digo?*" me desesperaba y me decía: "*de frente*", "*Padre necesito una cesta básica. O me faltaba para el alquiler às vezes...*" y entonces no quiero desperdiciar esos apoyos que ustedes me dieron. Quiero plantar un árbol y quiero levantarlo así, como si fuese un árbol, reciente, realmente va a ser reciente mesmo, entonces, levantarme así. Quiero estar trabajando también, no quiero desperdiciar también. También... pienso apoyar a él con un poco de trabajo que yo no puedo hacer aquí, entonces, ese es mi pensamiento según mi meta, ¿no?

*** Sidnei Marco Dornelas e Mário Geremia são missionários Escalabrinianos e ambos atuam na Missão Escalabriniana Nossa Sra. da Paz, Sidnei como Diretor do CEM e Mário como Pároco das coletividades hispano-americanas na cidade de São Paulo.**

UM LUGAR PARA UMA CASA SEM CHÃO

Escuta psicanalítica de uma família refugiada

*Tânia Biazioli de Oliveira **

*Larissa Pretti Costa **

*Belinda Mandelbaum ***

Este trabalho é fruto de um projeto de extensão universitária que se destinou a atender famílias na Casa do Migrante, albergue que dá acolhida a migrantes recém-chegados à cidade de São Paulo. Interessava-nos oferecer uma escuta psicológica a famílias migrantes, na qual o grupo familiar como um todo pudesse refletir sobre o impacto da migração na dinâmica familiar. Através de uma metodologia de base psicanalítica de atendimento familiar breve, ou seja, em cinco encontros semanais com a família tendo como foco as vivências ligadas ao processo migratório, proporcionávamos um espaço de escuta para que os membros da família pudessem refletir sobre este momento de transição. A proposta era oferecer encontros em que a dinâmica familiar pudesse aparecer e ser pensada conjuntamente, entre os familiares e nós, em torno das dificuldades suscitadas pela migração. Nosso objetivo era compreender a maneira singular como vivenciavam esta situação. Entre as famílias atendidas, destacamos aqui uma família de refugiados colombianos.

Primeiramente, compreenderemos o migrante e a família albergada através dos referenciais teóricos que utilizamos neste trabalho, juntamente com as reflexões que só nos foram

possíveis a partir de nossa prática. Em seguida, apresentaremos a família refugiada e, então, analisaremos os impactos do refúgio a partir dos encontros realizados conosco. A experiência migratória, marcada por sucessivas perdas, atravessou os encontros em nossa presença; começou com a despedida da terra de origem e terminou com a saída do albergue. Na última parte, destacaremos algumas reflexões sobre o enquadre do trabalho terapêutico familiar como forma de escuta a migrantes recém-chegados.

COMPREENDENDO O MIGRANTE EM SEU MUNDO PRÓPRIO

O fenômeno migratório apresenta-se para nós como um objeto complexo de estudos, que esbarra em questões que transcendem o retirante e, no entanto, o condicionam. Há aspectos da realidade social reconhecíveis por todos, que delimitam a situação do migrante. No entanto, reduzir o fenômeno migratório à realidade puramente objetiva é silenciar os aspectos subjetivos, ou seja, a maneira mais ou menos particular como cada migrante vivencia a própria migração. Nosso foco aqui será a subjetividade do migrante, visto como parte de um grupo familiar que migra. A subjetividade não se confunde com o

domínio do puramente individual. Pois se arrancamos o migrante de seus mundos de pertença, perdemos de vista seu mundo próprio, compartilhado com outros homens em condições sócio-histórico-culturais específicas. A compreensão retraída ao domínio individual arrisca neutralizar também a possibilidade de mudança social. É José Moura Gonçalves Filho quem nos alerta para esta questão: “não há mudança efetiva de mentalidade, quando a mudança de mentalidade, perdendo o mundo, desenvolve-se apenas em seu próprio registro, sem implicar engajamento e perturbação material, sem implicar ação, sem fundação de novos relacionamentos” (Gonçalves Filho, 1998). O rosto do migrante só poderá aparecer em sua singularidade ao sofrer o impacto de habitar o mundo que lhe é próprio, modificando-o por meio de sua originalidade peculiar. Em última instância, só encontraremos o que é mais singular no homem na maneira como compartilha o mundo com os outros homens. Se reducionismos sociológicos apagam os homens do mundo, ao apresentar ao mundo um mundo sem homens, reducionismos psicológicos retiram o homem do mundo, porque retira do homem seu mundo próprio. A questão migratória, ao ser totalmente absorvida pela sociologia ou pela psicologia, sofre

perdas significativas. Não se trata de optar entre os homens ou o mundo, pois um não existe sem o outro. Ou seja, partimos da realidade subjetiva do homem para compreendê-lo em seu mundo próprio. O drama do migrante revela que o homem arrancado do mundo perde a si mesmo.

O migrante é aquele que sai de um mundo conhecido e compartilhado para um mundo desconhecido, que ele não compartilha. O drama próprio ao migrante é ser um homem com uma certa concepção de mundo, implantada em sua terra de emigração, num mundo em que ele não se reconhece, a terra de imigração. Assim, perde os dois mundos e a si próprio, já que está no entre-mundos. Ao perder o mundo, o migrante perde a si mesmo como homem. É também José Moura Gonçalves Filho quem nos fala da vivência de 'despencar': "A impossibilidade de compartilhar o mundo faz 'despencar'. Na clínica winnicottiana¹, a vertigem, a angústia de cair, é frequentemente reconhecida como o sentimento de não existir no meio dos outros, não existir para os outros ou não consentir a própria existência". O migrante já não faz parte de seu país ou de sua cidade de origem, mas continua com as concepções e valores de antes; também não se sente parte do país em que chega, já que não compartilha os novos valores. Como se o presente fosse o sem-lugar: o homem arrancado de seu mundo e de si. Esta ausência de lugar produz uma ruptura no tempo, como se o mundo da emigração tivesse ficado no passado enquanto o mundo da imigração viesse a ser alcançado no futuro. No entanto, a bagagem cultural que o migrante traz consigo é uma lente de leitura para as novas percepções: o novo percorre o caminho do antigo. É assim que o local que foi deixado para trás está aqui e o passado está no presente. Por outro

lado, a ilusão de um futuro com plena adaptação do migrante no mundo da imigração é a negação do sem-lugar no presente. Como se a experiência de 'despencar' fosse passar com o prolongamento da permanência do migrante no novo mundo. Abdelmalek Sayad, ao tentar compreender o que é um imigrante, revela que os primeiros interessados a convencerem a si mesmos de sua condição provisória são os próprios imigrantes, como que para não confessarem seu itinerário nesta situação teoricamente provisória, porém objetivamente definitiva (Sayad, 1998). É a perpetuação indefinida desta condição provisória que não pode ser enunciada. Ou, ainda, é o sem-lugar no presente que não pode ser revelado. No entanto, isto produz a separação do tempo em dois espaços que não se cruzam: o passado ficou preso à terra de origem, enquanto o futuro é a promessa da conquista do local de destino.

A FAMÍLIA MIGRANTE ALBERGADA

Este trabalho foi realizado na Casa do Migrante, albergue que dá acolhida a migrantes recém-chegados à cidade de São Paulo. As famílias albergadas não têm nenhuma rede de parentesco ou conhecidos na cidade. O cuidado da rede tradicional, constituído em suas terras de origem, foi substituído por um atendimento institucional. Em nossa experiência, pudemos observar como esta restrição das relações sociais produz a intensificação do convívio entre os membros do núcleo familiar. Isto faz a família sofrer. Sabemos que a família não tem como substituir a necessidade do mundo social para cada um de seus membros. Mas pensamos também que a família como grupo de pertinência pode dar suporte aos seus nesta fase difícil de transição. Belinda

Mandelbaum vai além do impacto da miséria social na família, alertando para as diversas possibilidades de trato com a violência do real no próprio interior do núcleo familiar: "A família pode oferecer-se como um espaço de elaboração diante da violência do real, que impeça os seus membros de sucumbir a ela. Mas, levamos em consideração também que o espaço familiar pode ser plenamente contaminado por essa violência e repetir em seu interior, em todas as situações do cotidiano familiar, a mesma violência executada em seu exterior" (Mandelbaum, 2004).

Para a compreensão da família, propomos o cruzamento de vários olhares que perpassam o campo social e psíquico de nosso objeto de estudo. Pois focar a família apenas pela sociologia, como sugerimos acima, é correr o risco de silenciar a implicação subjetiva de seus membros. Por outro lado, o foco pela psicologia arrisca desconsiderar a condição social em que a família se insere. Entendemos que a família vivencia uma dada realidade objetiva, fruto de uma história sócio-cultural, a partir da interação afetiva entre seus membros. Trata-se de uma tarefa complexa não retirar da família suas determinações sociais e, ao mesmo tempo, não perder de vista as particularidades que a constituem. Para uma compreensão mais profunda da dinâmica familiar e de suas correntes afetivas, nos referimos à psicanálise. Sylvia Leser de Mello diz: "A psicanálise chega aos sujeitos, ou seja, dá o passo seguinte que é transformar os protagonistas culturais em sujeitos únicos, psicológicos, analisando seus conflitos com a cultura e os reflexos deles que se manifestam nas transformações das relações sociais" (Mello, 2002).

Nosso trabalho não se propôs apenas a pesquisar o impacto da

migração na dinâmica familiar, mas junto com isto estruturar-se como uma oferta de escuta para as famílias. A escuta do grupo familiar deveria possibilitar a abertura de um espaço para a reflexão conjunta, entre nós e eles, das questões que emergem com a migração. Assim, pretendíamos possibilitar uma compreensão ampliada que pudesse gestar as transformações possíveis. Uma escuta psicanalítica da família em que o método freudiano pudesse servir à investigação e à intervenção no campo psicossocial.

A FAMÍLIA COLOMBIANA

A família que apresentamos para ilustrar nosso trabalho é composta pela mãe, Conceição, e seus três filhos, Luna, Jorge e Cristóvão². Conceição aparenta ter aproximadamente 45 anos. Luna, a mais velha dos três irmãos, tem 14 anos. Jorge é o irmão do meio, com 8 anos. Cristóvão tem 3 anos. Antes de emigrarem da Colômbia, a família já havia passado por mudanças sucessivas de local de moradia dentro do próprio país. O motivo das migrações foi sempre o mesmo: a fuga para garantir a vida, pois estavam sendo ameaçados de morte pela guerrilha. Por fim, a família sai sem rumo definido e acaba chegando ao Brasil.

Chegando a São Paulo, foram acolhidos pela Casa do Migrante. A família sobrevivia na cidade por meio do auxílio fornecido pela Cáritas³. Conceição aguardava o reconhecimento do pedido de refúgio político junto ao governo federal. Os trâmites legais demorariam alguns meses, mas a entidade já prestava atendimento à família. Além do direito ao auxílio econômico de R\$ 150,00 mensais a cada um dos familiares, eles usufruíam de uma série de serviços da instituição.

Todos eram acompanhados por uma psicóloga em atendimento individual. A parceria da Cáritas com o SESC⁴ abria uma enorme gama de atividades de lazer para a família. Além disso, na nova cidade, as crianças também freqüentavam a escola: o caçula passava o dia na creche e os dois irmãos maiores cursavam o ensino fundamental.

OS ENCONTROS

Como parte do projeto de extensão que realizamos na Casa do Migrante, convidamos a família para participar de cinco encontros conosco na própria instituição, para que pudessem falar sobre este momento de transição.

No dia em que nos reunimos para convidá-los, apresentamo-nos, escrevemos nossos nomes e pedimos que escrevessem os seus, como primeira forma de conhecermos-nos. Conceição escreve dois nomes diferentes para cada membro da família, e pede que nós os chamemos pelos segundos nomes, inventados no Brasil. Ela não quer ter sua identidade e as de seus filhos reveladas. A família escapava da ameaça de morte em seu país de origem. Para refugiarem-se, trocaram os próprios nomes. Só assim poderiam afastar o risco de serem identificados e delatados. Só assim poderiam fugir sem serem identificados. A própria mudança espacial da migração já é uma perda de referenciais identitários. Mas o nome é aquilo que primeiramente marca o nosso lugar na sociedade. Mesmo quando tudo é modificado ao longo da vida, o nome permanece. Ele é um fio que liga todas as experiências constituintes da subjetividade. Para essa família que fuge de ameaças de morte, o que há de mais próprio é modificado. São refugiados que deixam o nome e o local de origem. Como se as crianças

que portavam os nomes antigos tivessem ficado na Colômbia. Como se os novos nomes ordenassem o preenchimento de um lugar social e psíquico por vir. A troca dos nomes na migração para refugiados é falsa e verdadeira a um só tempo. Falsa porque são dois nomes diferentes para uma mesma pessoa, como se fossem pessoas diferentes. A família quer fazer o mundo acreditar que eles são outros. A verdade é que eles acabam se tornando "outros" para eles mesmos. Pois ocuparão um novo lugar social no ambiente desconhecido e um novo lugar psíquico no seio da família.

No primeiro encontro, Conceição traz a Colômbia, como que se despedindo de lá. Assim, narra a história das sucessivas migrações dentro do país - o êxodo da família, motivado pela violência interna da guerrilha. A mãe decide fugir com os filhos da sombra dos mortos e desaparecidos, que assombram como uma possibilidade real para a sua família. Fala então da história da viagem para o Brasil, que começou de barco pela Amazônia. Luna desenha o barco da viagem em uma lousa da sala em que realizávamos os encontros, enquanto a mãe vai lembrando das cidades que atravessaram pelo percurso. O desenho refaz a travessia em linhas e cores, fixando a narração da mãe. O barco tem uma bandeira do Brasil no mastro e um escrito no casco: "mãe-adeus". O "adeus" deixou para trás tudo o que faz falta aqui, fazendo lembrar de lá. Vir fugido significa não ter tempo de se despedir dos conhecidos e familiares, sem saber se haverá um reencontro no futuro⁵. Também é deixar para trás a casa, boa parte das roupas e os brinquedos das crianças, porque não dá para viajar com muita bagagem. O que não dá para fazer é levar a casa nas costas. Cristóvão desenha um avião

sobrevoando uma casa, e em seguida liga linhas do avião a casa (ver desenho). Sua casa é levada pelo avião. Tão impressionante que perguntamos: “o avião leva a casa para onde?”. “Pra viajar!”. “E vai parar aonde?”. “Vai parar aqui (apontando no desenho), porque a casa pesa muito”. A casa de Cristóvão vem junto na viagem. Ela se desgrudou do chão, foi levada pelo avião e ainda não aterrissou. A migração é o próprio movimento de mudança. E é violento porque a casa é na realidade levada de si. Esta é a violência de migrar contra a própria vontade, fugindo para garantir a vida.

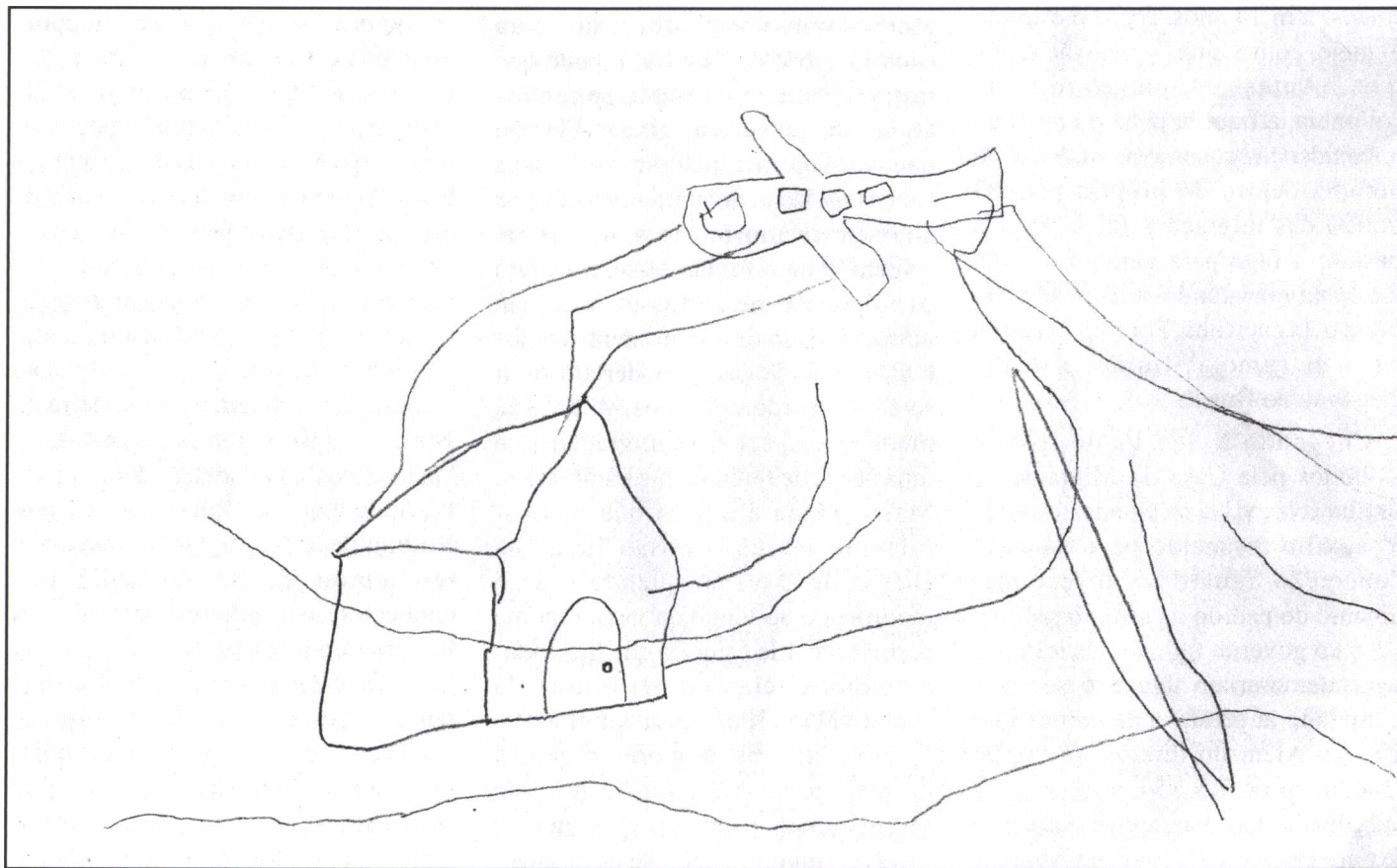
A experiência desta casa de família em mudança vai aparecendo aos nossos olhos. Conceição, como mãe, conta que vai “mal”: os filhos estão brigando muito e andam desobedientes. Cristóvão quer tudo igual a Jorge, quer ser como o irmão

maior por inteiro. Quando não consegue o que quer, irrita-se, grita muito, é violento. No final do primeiro encontro, Jorge desenhou um avião de guerra para si e, frente às insistências do irmão, fez um igual para ele. Um avião atacava o outro. A guerra estava armada entre os irmãos, em desenho e brincadeira...

Conceição se mostra angustiada. Ela não agüenta mais, parece querer entregar os filhos. Mas se nós recebemos a carga de Conceição por meio das palavras, Luna, a filha mais velha, recebe concretamente. Porque a mãe, sobrecarregada, transfere o cuidado de Jorge e Cristóvão para ela. Com a migração, Luna passou a ocupar um outro lugar na família. Como filha e irmã, ela parece eclipsada. Ou, antes, estas posições se diluíram com o preenchimento de mais uma função. Agora é também um pouco mãe: a mãe

dos irmãos menores, pois a sua mãe anda transbordando e está delegando funções. Absorver este novo cargo deixa Luna nervosa com os irmãos. O conflito que ela vivencia com a mãe é estimulado pela reorganização interna ocorrida na família com a migração. Lá, na Colômbia, eles tinham empregada doméstica para cuidar da casa e da comida. Lá, eram acostumados a brincar na rua. Aqui, Conceição não os deixa sozinhos. É Luna quem está só com eles: somente com eles e sozinha com eles. Mas Conceição parece não entender porque a filha vive discutindo com ela. Para a mãe, são as duas que devem cuidar da casa e dos meninos, enquanto “eles só ficam com os benefícios”.

Com a vinda ao Brasil, a família se enlaça em formas variadas de auxílio institucional para suprir as necessidades de moradia, alimentação,



educação, assistência financeira, psicológica e jurídica. No albergue, os cuidados diários ficam institucionalizados, existindo horários para comer, para se recolher à noite ao dormitório, como também escalas para lavar a roupa e limpar banheiros comunitários. Os espaços e horários de brincadeira foram restringidos. Brincar na rua, para as crianças, já não é uma possibilidade concreta na cidade de São Paulo. Agora, é o SESC que oferta oportunidades de lazer.

Conceição e Luna preservam e transmitem aos menores os valores colombianos. Mas se são as únicas responsáveis por transmitir estes valores, é porque não encontraram aqui uma comunidade de destino para compartilhar esta função. A família migrante esbarra com os costumes do país de imigração, com os quais tem que se haver. Lembrando-se certa vez, por exemplo, da Parada Gay, em São Paulo, mãe e filha dizem que aquilo é libertinagem. Na Colômbia, “homem é homem e mulher é mulher: homem namora com mulher”. Conceição comenta: “não quero isso para os meus filhos. Se vejo minha filha com outra mulher, prefiro vê-la morta”. A Parada Gay aparece como um emblema dos problemas de transmissão da cultura dos pais para os filhos na migração. Com a chegada em um novo país, todos os membros da família se deparam com outros costumes e crenças. Como manter a cultura da Colômbia? Como os pais passam aquilo que acreditam aos seus filhos? O choque cultural faz-nos pensar que o novo mundo não é um lugar compartilhado por eles. E assim, os membros da família voltam-se uns para os outros. Por conta disto, os afetos ficam intensificados. Conceição gosta de ir ao parque e insiste no passeio em família. Contam-nos de um passeio ao parque Ibirapuera, da forma como podem estar juntos, como família. Mas as crianças brigam muito. Jorge pede a Cristóvão

para bater em Luna e Luna pede a Cristóvão para bater em Jorge. Os irmãos usam a agressividade do menor para interesses próprios. Há uma carga excessiva sobre Cristóvão, que bate em todos, em nome dos outros. E assim, o convite para o passeio em família é um desastre: um chamado para a união forçada. Não dá para estar mais junto, é insuportável. Já dormem todos num mesmo quarto. Uma família de recém-chegados anda em bloco pela cidade, com os membros grudados uns nos outros. Este efeito de ímã da família migrante é produzido pela insegurança despertada pelo ambiente desconhecido. A antiga rede de relações foi rompida. O que é seguro e certo são as relações familiares. A urgência de cada membro para tapar o buraco deixado pela perda das relações sociais inflaciona as obrigações no seio da família. Esta nova exigência emocional é difícil de ser atendida, “eles não entendem que não dá para dar mais”, diz Conceição. Esta aproximação excessiva dos membros da família, tanto física quanto emocional, é um caldeirão prestes a explodir.

Conceição pede que a escutemos, há muito a ser despejado através das palavras. Ela pede a continência de suas angústias. Talvez da angústia da família sem chão e sem teto. Conceição suplica pela legitimação de seus ditos do mesmo modo que suplica por um quarto para sua família. Ela quer deixar a Casa do Migrante e alugar um quarto. A Casa do Migrante oferece comida e um local para dormir. No entanto, oferece um espaço apenas de transição, do qual a família não pode se apropriar. Como nos ensina Abdelmalek Sayad em seu livro *A Imigração*, o que define o imigrante é a manutenção de uma ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente. A sociedade de imigração instala o imigrante na provisoriamente, negando-lhe todo

direito a uma presença permanente de fato. Assim, só o reconhece na modalidade de provisório contínuo ou na modalidade da presença não reconhecida, apenas tolerada (Sayad, 1998: 46). Conceição pede que sua família ultrapasse essa condição de transitoriedade. Quando pede um quarto concreto para abrigar os seus, está pedindo um lugar na sociedade. Exigindo que a escutemos, demonstra o seu desejo de ter voz. E ter voz é também ter um lugar. Porém, o imigrante “não é apenas um *alógeno* mas, mais do que isso, um ‘não-nacional’ que, a este título, só pode estar excluído do campo político” (Sayad, 1998: 57). Permanecendo num não-lugar, Conceição está amordaçada. E ela mostra a cartela de calmantes receitada pelo psiquiatra, onde acabou indo parar encaminhada pela Cáritas. É anestesiada pelo médico e também pelo albergue. Conta-nos que na Casa do Migrante “eles diminuem o ser humano, amputam braços e pernas”.

Não existe a própria casa, lugar continente das subjetividades. Conceição, ao não encontrar um espaço fora, volta-se para dentro. E o interior é a própria família que, na migração, é como um corpo só. A família torna-se o único continente de seus membros, que lembram mais almas sem voz vagando pelos locais, em um *continuum* do movimento migratório. No seio da família, Conceição transborda. Ela fala, fala aos outros, fala para nós e parece não se ouvir. Talvez seja insuportável escutar o próprio discurso. E então Conceição fala aos quatro ventos, esperando soluções. Talvez espere um reconhecimento de si e de sua condição de refugiada colombiana, a nomeação de sua experiência. Mas, mais do que isso, Conceição provavelmente grita para garantir o seu lugar. Tentando se fazer visível aos berros.

Não tendo a casa concreta, Conceição arruma uma solução. Quando chegamos

para a realização do último encontro, fomos informadas de que a família havia saído da Casa do Migrante. Mais tarde, porém, voltaram para pegar suas coisas. Conceição preferiu sair a ficar em uma moradia que não é a sua casa. Preferiu ficar sem lugar a estar em um não-lugar.

Reencontramos a família na Cáritas, quando Conceição nos convidou para visitar o quarto que havia alugado. O quarto ficava nas redondezas da Casa do Migrante, permitindo a conservação da rede social de que a família passara a fazer parte, junto a outros migrantes e funcionários da instituição. As crianças também não tiveram que deixar a escola e a família continuou indo ao SESC. Ao visitá-los, em pequenos detalhes pudemos perceber a diferença subjetiva entre morar em um albergue e ter um lar. Em seu quarto, Conceição nos ofereceu pão e leite. Em seguida, mostrou-nos seu álbum de fotografias, que revelavam a história da família. Havia fotos de pessoas já falecidas e do local de moradia que fora destruído pela guerrilha. A violência da Colômbia estava posta em evidência. Mas a história familiar não parou na Colômbia, seguiu rumo junto com a viagem. A saída forçada do país de origem apareceu diante de nossos olhos. Assim, pudemos acompanhar a travessia pelos pontos turísticos de Equador e Peru até chegarem ao Brasil, pela Amazônia. Surgiram as fotos de novos amigos feitos durante o percurso e no Brasil.

Se não foi possível trazer a casa junto na viagem, como Cristóvão tanto queria, o álbum pôde ser carregado na bagagem, servindo como o fio da memória do grupo familiar, onde puderam ser pregados os momentos principais. O acolhimento de tamanhas perdas se deu por meio de um registro visual. Imagens preciosas que podem sustentar um sem número de narrativas do passado, enquanto as páginas em branco do álbum prenunciavam experiências por vir. O

álbum de fotografias aparece como a concretização da experiência migratória, trazendo as memórias da terra natal, retratando o presente na terra de destino e abrindo espaço para o futuro.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENQUADRE FAMILIAR

Finalizando, gostaríamos de fazer breves considerações sobre o impacto do enquadre de nosso trabalho para os membros desta família. Luna prefere o atendimento individual da Cáritas, pois tem atritos com a mãe que não gostaria de expor em grupo. Com isto, ela indica que o atendimento em família exige uma exposição que faz pressão. Já Conceição chega a pedir um horário só para ela, pois não quer que Luna e Jorge saibam o que ela suplica em nos contar. Assim, ambas farejam a tensão que é falar para a família. Aliás, ambas tentam romper com o enquadre familiar em nome de uma escuta individual. Podemos pensar que a família colombiana tem um referencial cultural de atendimento psicológico que é individual. E a oferta da Cáritas está mais próxima da concepção que os membros desta família construíram a respeito de um serviço psicológico do que nossa proposta de terapia familiar, ainda não apropriada por eles.

Também não podemos negar que o enquadre de nosso trabalho força a aproximação de seus membros. Sabemos que se trata de uma família migrante de recém-chegados, que está excessivamente consigo mesma. A questão é saber se este espaço serve para a família refletir sobre suas relações, podendo estar juntos de uma maneira diferente, ou se perpetua em seu formato o insuportável da união.

*** Tânia Biazioli de Oliveira e Larissa Pretti Costa eram graduandas do Instituto de Psicologia da USP no período em que o projeto de Cultura e Extensão foi realizado (março de 2005 a junho de 2006).**

**** Belinda Mandelbaum é Profa. Doutora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, responsável pelo Laboratório de Estudos da Família do Depto. de Psicologia Social e do Trabalho.**

NOTAS

1 - O autor refere-se aqui ao psicanalista inglês Donald Winnicott, cujas idéias sobre a importância do meio ambiente humano para o desenvolvimento psíquico foram seminais para a clínica psicanalítica.

2 - Os nomes foram alterados para preservar a identidade dos membros desta família de refugiados.

3 - A Cáritas Arquidiocesana de São Paulo é um organismo da Igreja Católica que em convênio com o ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - atende aos refugiados que chegam a São Paulo fornecendo atendimento jurídico, psicológico e social.

4 - O SESC, Serviço Social do Comércio, é uma instituição de caráter privado, sem fins lucrativos e mantida pelo empresariado do comércio e serviços para promover o desenvolvimento cultural dos trabalhadores, de seus familiares e da comunidade em geral.

5 - Trecho da fala da Profa. Sílvia Dantas De Biaggi em uma palestra para refugiados no Sesc Carmo, em agosto de 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GONÇALVES FILHO, José Moura (1998) *Humilhação Social – Um Problema Político em Psicologia*. São Paulo, *Revista Psicologia USP*, v.9, n.2, p.11a 67.

MANDELBAUM, Belinda (2004) *Focando a família*. In: *O desemprego em situação: esboços de estruturação de uma clínica social*. São Paulo, Tese de Doutorado. www.teses.usp.br.

MELLO, Sílvia Leser (2002) *Família, uma incógnita familiar*. In: *Família: conflitos, reflexões e intervenções*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

SAYAD, Abdelmalek (1998) *O que é um imigrante?* In: *A Imigração*. São Paulo, Edusp.

FAMÍLIAS DE EMIGRANTES NO NORTE DO PARANÁ

Interrogações sobre uma possível "Pastoral dos Ausentes"

Sidnei Marco Dornelas *

*"A gente vê uma família formada para quê?
Para ficar eu e minha esposa."*

A região norte do Paraná está marcada historicamente pela migração. Se no espaço de pouco mais de trinta anos ela se povoou intensamente no ritmo da expansão do café, em menos de dez anos ela conheceu um movimento extraordinário de emigração, movido pela urbanização do país, pelo avanço da fronteira agrícola em direção à Amazônia e pela sua própria modernização agrícola e concentração fundiária, que veio esvaziando, desde então, o campo paranaense. Os efeitos para a população rural e urbana se fizeram sentir, principalmente, sobre os grupos mais vulneráveis, o chamado proletariado rural. Essa história de migração influenciou de diferentes maneiras a atuação da Igreja Católica nessa região. Atualmente, as tendências que levaram a esta crescente expulsão de população continuam a agir, atingindo até mesmo a classe média urbana, e criando, a partir da última década, um grande movimento de emigração para fora do país. Trata-se de um fato novo, que traz

para dentro da Igreja e da Pastoral do Migrante uma diversificação de problemas e de pessoas a serem acompanhadas, levando inclusive a se perguntar: é possível uma pastoral dos ausentes?¹

A REALIDADE DA MIGRAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ

A história da ocupação do norte do Paraná remonta à ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que colonizou as terras devolutas adquiridas pela *Paraná Plantations Limited*, com sede em Londres. O empreendimento de colonização de uma extensa área de mais de 500 mil alqueires em pequenos lotes de 15 alqueires permitiu que, do início dos anos 1930 até meados da década de 1950, cerca de 100 mil famílias de agricultores se instalassem na região. Esses agricultores vieram, sobretudo do interior do Estado de São Paulo, e eram em sua maioria paulistas, remanescentes da imigração européia e japoneses, além de mineiros e

nordestinos. Esse imenso povoamento do norte do Paraná teve como centro a cidade de Londrina, fundada em 1929, como sede da Companhia de colonização, tornando-se rapidamente um pólo de referência urbano para as migrações no Paraná.

Outros projetos de colonização de caráter privado ou governamental se desenvolveram no norte e restante do estado do Paraná, permitindo o crescimento deste afluxo de população migrante, como os núcleos de colonização dirigida de Assai e Uraí, ocupados majoritariamente por agricultores de origem japonesa (Westphalen, Machado e Balhana, 1988, p. 16-17; El-Khalib, 1969, p. 30, 164). A maioria destes projetos de colonização se apoiava no desenvolvimento da cultura comercial do café, que além de seus proprietários, empregava uma grande quantidade de mão-de-obra na sua exploração. O avanço da fronteira agrícola no norte do Paraná entre os anos 1940 e 1970 resultou, desta maneira, num dos maiores fluxos migratórios da história do Brasil. As taxas médias de crescimento anuais

Taxas Médias Geométricas (100 hab.)

	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80
BRASIL	2,39	2,99	2,89	2,49
PARANÁ	5,61	7,16	4,97	0,97

Fonte: IBGE Tabulações avançadas do Censo Demográfico, 1981 (apud CEM, 1986, p. 26)

da população do Estado neste período ultrapassavam os 4,5%, enquanto a média nacional não chegava aos 3%:

Ao verificar a evolução do crescimento da população do Paraná, ao longo destas quatro décadas, salta aos olhos a ruptura ocorrida nos anos 1970. A queda abrupta da taxa média de crescimento para 0,97 aponta para os impactos sociais do processo de modernização agrícola no meio rural paranaense. Com efeito, a confluência de fatores como a interferência do Estado na política de créditos agrícolas, que favorecia os grandes empresários rurais, a introdução da monocultura da soja, o uso intensivo de máquinas e implementos agrícolas, e, conseqüentemente, a concentração fundiária, apressaram a decadência da cultura do café e o enfraquecimento da pequena propriedade. Deu-se, então, um enorme movimento de esvaziamento do campo, com fluxos de migrantes orientando-se para diferentes direções. O mais significativo foi a migração rural-urbana, que se traduziu também numa migração inter-estadual, que se dirigiu para alguns dos principais centros urbanos do estado de São Paulo. Essa evasão de população coincidiu, por outro lado, com a implantação de diversos projetos de colonização nas frentes pioneiras dos estados do Mato Grosso e de Rondônia, originando então uma grande corrente migratória rural-rural. Mobilizaram-se milhares de famílias de agricultores paranaenses, que venderam suas propriedades no Paraná, buscando

terras mais baratas na fronteira agrícola na Amazônia (CEM, 1986). Outros produtores de café também aproveitaram a oportunidade para se deslocar para regiões mais favoráveis à cafeicultura, nos estados de Minas Gerais e Goiás. Esses agricultores ainda se servirão da mão-de-obra sazonal de milhares de lavradores reduzidos a trabalhadores volantes nas pequenas cidades do norte do Paraná.²

Na verdade, o esvaziamento do campo criou também um novo quadro migratório no interior do estado do Paraná. Houve a partir deste período, nos anos 1980 e 90, uma constante migração rural-urbana que se dirigia para grandes centros, como a periferia da região metropolitana de Curitiba e os arredores de Londrina (Kleinke, Deschamps & Moura, 2000). Apesar da dinâmica econômica desenvolvida nos centros urbanos, a indústria e o comércio não conseguiam absorver esse contingente populacional. Nas cidades do interior do estado, formou-se um proletariado rural que residia nas suas periferias, e que mantinha ainda uma forte vinculação com o trabalho agrícola, embora procurando complementar sua renda com atividades informais e subempregos do meio urbano. São migrantes que passaram a se empregar crescentemente como trabalhadores temporários, na época da colheita de culturas como a da cana e do café, no interior do Paraná e em outros estados. Sua precariedade social levou, inclusive, o governo do Estado do Paraná a elaborar um projeto de

“retorno” destes trabalhadores e suas famílias ao meio rural, através do Programa Vilas Rurais, implantado a partir de 1995 (Asari, Muniz & Rosa, 2002).³

Nesse sentido, falar numa realidade migratória no norte do Paraná significava se referir ao esvaziamento da população rural, sua inserção precária nas periferias urbanas e a periódica ausência de trabalhadores sazonais que migram para diferentes regiões do estado, e para outras regiões do país, em busca de oportunidades de trabalho. No entanto, o que vem se tornando cada vez mais perceptível nos últimos anos é a dificuldade dos centros urbanos em absorver e fornecer oportunidades de trabalho para toda essa população. Os primeiros anos do novo milênio, de uma realidade econômica de maior concorrência e flexibilidade econômica, viram também aumentar a circularidade e a instabilidade da população, também no meio urbano. Não é só a população oriunda do meio rural ou das cidades do interior, que se aglomeram nos cinturões periféricos de grandes centros como Curitiba e Londrina, que encontra dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal. As classes médias urbanas, que buscam manter um nível de vida adquirido ao longo de gerações, vêm também encontrando dificuldades para inserir social e economicamente as gerações mais jovens, sem incorrer numa desclassificação social.

São as classes médias urbanas de cidades como Londrina, Maringá, e

outras do norte do Paraná, remanescentes em grande parte da imigração européia e japonesa, que se sentem atraídas pelo movimento de emigração para fora do país. Este é o fato novo da história de migração no Brasil, e que tem caracterizado também esta região. Trata-se de uma nova onda de evasão de população em busca de trabalho, de descendentes de japoneses nas fábricas do Japão, de descendentes de imigrantes europeus por empregos informais na Espanha, em Portugal, na Inglaterra, na Itália e nos Estados Unidos.⁴ São majoritariamente jovens, que na falta de oportunidade de ascensão social dentro do país, vão buscá-la com todos os meios possíveis, em outros continentes.

O depoimento do jovem Orestes, sobre sua decisão de migrar com a esposa para a Europa, oferece um quadro sintético das motivações e dos problemas que advém dessa escolha feita pelas novas gerações de migrantes, em cidades como Londrina:

Estava um pouco complicada a questão de emprego, há dois anos atrás, quando eu fui, para tentar construir uma casa. Demora muito tempo, a gente paga o terreno, financia, e para construir? Então, a partir dessa dificuldade, eu fui. Eu tenho um filho novo, que agora está com seis anos. Mas, quando a gente foi, ele tinha quatro anos e meio. Foi o que... infelizmente... foi preciso deixar ele. Eu e minha esposa decidimos ir para tentar uma condição de vida melhor. A gente foi atrás de trabalho fora, porque o dinheiro vale mais, e por um determinado tempo.

(...)

Como é que você vê essa situação geral aqui em Londrina?

É uma coisa que eu estava vendo, mesmo quando estava lá, e sempre comentava com meu pai: *'está abrindo um camelódromo aqui, está abrindo*

uma loja aqui, está abrindo não sei o que...' Em Londrina, eu vejo assim, tem dois tipos de miseráveis, os miseráveis que tem bastante, que não gastam, e o povo miserável que mora nos arredores e nas favelas. Então, Londrina está enfrentando uma situação bem complicada. É o país todo, é o mundo todo que está em crise. Mas, eu vejo que aqui em Londrina a questão de emprego... Eu estou preparado com os requisitos mínimos e também não consigo encontrar.

Você é formado em quê?

Eu fiz marketing e propaganda, publicidade. Fiz e fui embora, apresentei minha tese e no outro dia eu já tinha o voo marcado.

Você chegou a procurar emprego?

Não, para mim, se fosse trabalhar, enquanto eu estava fazendo o curso, eu iria só como estagiário. Veja, um pai de família, ganhar trezentos reais, para trabalhar como estagiário, não tinha condição. Eu nem tenho experiência como estagiário. Porque, para ganhar trezentos reais, não compensava. Com trezentos reais, eu não conseguia pagar a parcela do lote que a gente financiou. Eu tenho vários amigos que se formaram, que também não estão trabalhando na área. O mercado não permite. É uma cidade que paga pouco. Lá, em média, os brasileiros conseguem ganhar de 500 a 600 euros.

Não é somente a realidade dos migrantes temporários que coloca questionamentos à Igreja no norte do Paraná. Os problemas da migração, gerados por uma situação econômica adversa, atingem também às famílias de classe média urbana, colocando problemas novos à pastoral. Além da questão do trabalho ilegal, da clandestinidade em outro país, do isolamento, as famílias são obrigadas a lidar com os problemas da ruptura entre pais e filhos, da educação dos adolescentes, da saúde originados pela migração, das perspectivas de futuro

para quem retorna, de manter os elos familiares mesmo estando deslocados espacialmente. Os emigrantes estão presentes pela sua "ausência", questionando mesmo as modalidades de agir pastoralmente. Nessa perspectiva, a primeira questão que se coloca, seria: como é vivida esta realidade pelas famílias de emigrantes brasileiros no exterior, numa grande cidade como Londrina?

AUSENTES QUE SE FAZEM PRESENTES

Sayad nos lembra que só se pode entender a migração, se levarmos em consideração as duas polaridades que a constituem: a de que toda presença de um imigrante em um lugar, implica na ausência do emigrante em outro lugar (Sayad, 1998, p. 14-16). Nesse sentido, os depoimentos tomados entre os familiares de emigrantes brasileiros no exterior oriundos de Londrina, reforçam a percepção dessa evidência. Como acontece nos casos problemáticos, também nos bem sucedidos – em que os emigrantes, ou completaram o seu projeto migratório, reunindo as economias desejadas a fim de garantir a compra de uma casa ou estabelecer-se financeiramente, ou que se decidiram por residir no exterior, alcançando um nível de vida satisfatório – percebe-se na maioria das vezes a forte participação da família residente no Brasil na trajetória do emigrante. Ela é intensa e pode ocupar uma posição decisiva na resolução de questões que surgem da condição de clandestinidade dos parentes emigrantes nos lugares de destino.

O depoimento do pai de Orestes mostra em que medida ele pôde intervir, a partir do Brasil, para conseguir que seu outro filho pudesse conseguir uma melhor situação, estando na Inglaterra:

Depois de um mês, meu filho me telefonou, dizendo que *“não vai dar para ficar, estamos com pouco dólar, temos que ir para escola de ônibus e o dinheiro está acabando, não sabemos o que fazer”*. Daí, por influência de um amigo que mora aqui em Londrina, obtive a informação de uma espécie de agenciador, um tal de Júlio, para ajudar a arrumar emprego para ele lá. Eu liguei daqui para lá, para esse Júlio, que morava do outro lado da Inglaterra em que meu filho se encontrava. Conteí a situação e ele disse *“escuta, tem emprego nessas empreiteiras, nessas fábricas, em L., só não tem moradia”*. Eu insisti, *“veja aí, faça alguma coisa”*. Liguei três dias depois perguntando, e a resposta foi: *“eu tenho uma casa aqui com mais doze morando dentro, ele aceita?”*. Eu disse, *“aceita qualquer negócio”*. Ele saiu de L. e foi buscar meu filho na cidade onde estava, 400 Km. Foi lá, trouxe e jogou. Só que na casa tinha 16, e foi uma loucura. Emprego tinha, mas morar com 16 numa mesma casa, quase tudo brasileiro, na segunda semana já foi roubado (...) Para arrumar emprego, eu intercedi por ele daqui, através de amigos que conheciam esse despachante...”

Da mesma forma, o contato por telefone e Internet, tem permitido aos familiares acompanhar, às vezes em tempo real, as dificuldades e contratemplos enfrentados pelos emigrantes no exterior, e mesmo ajudá-los de maneira crucial. Outra estratégia que os familiares empregam para ajudar seus parentes a superar as dificuldades devidas à situação irregular em que se encontram, é procurar informações sobre antepassados, a fim de alcançar a cidadania européia, o que permitiria não só se estabelecer na Europa, mas também procurar outras formas de entrar nos Estados Unidos. O pai de Orestes mesmo buscou esta estratégia:

A gente tentou fazer umas incursões para fazer a árvore genealógica nossa lá, para ver se tem um descendente italiano por parte da minha esposa. Nesses três anos que ele ficou lá, ele ficou investigando, mas não conseguiu chegar a lugar nenhum. Mas, do lado da esposa dele, da minha nora, eu descobri na lista de leva (alistamento militar) do bisavô da minha nora. Eu dei entrada e estou com o original, depois de três anos a gente conseguiu. A minha nora, porém, não mexeu com isso. Meu filho quer ir embora, mas ela não quer. Ele depende dessa cidadania dela. Por ele, já teria arrumado e teria ido embora de novo, mas ela não quer, então criou uma situação...

Em todos os casos, a família vive intensamente a problemática de ir ou voltar, bem como as conseqüências das decisões tomadas. Nesse sentido, Albano cita o caso de uma cunhada sua que vive a angústia de seus filhos, clandestinos na Itália, com seus processos de reconhecimento de cidadania parados, sem poder voltar e nem rever as crianças que deixaram no Brasil:

Tenho um sobrinho que está em Trento, com seu processo de reconhecimento de cidadania parado num órgão do governo italiano. Porque Trento, na época, não pertencia à Itália, mas à Áustria. Eles estão tentando essa cidadania e não estão conseguindo. Este órgão vai analisar para ver se aprova ou não aprova. Minha cunhada mandou os filhos para Itália e eles ficaram dois anos lá, e não conseguiram, só porque essa cidade não pertencia à Itália na época. Veja a situação da minha cunhada: os dois meninos estão lá, um está casado e com a esposa. Ela está desesperada porque esse documento não sai e as crianças estão aqui. Quem está cuidando é a avó, e os filhos estão lá.

A tua cunhada, a avó das crianças como é que ela faz, ela consegue se virar?

Elas ficam com a minha cunhada e no final de semana vem aqui para o centro com a outra avó, são as duas avós que estão cuidando. A gente pergunta para as crianças, e a tua mãe? Ela responde a minha mãe está trabalhando, ela está lá na Itália, lá em Londres, ela está trabalhando.

Nas estratégias das famílias para levar à frente o seu projeto migratório, vários arranjos são usados para se poder dar conta do cuidados dos filhos menores, bem como dos mais idosos. Existe o caso de Luciana, que conheceu seu marido no Japão. De retorno ao Brasil com a filha, depois de experimentar deixá-la com parentes, assumiu a responsabilidade de cuidar desta, estando grávida de outro filho, ao mesmo tempo em que cuida também dos pais de seu esposo, enquanto ele continua a trabalhar no Japão. Difícil também foi a experiência de Orestes, obrigado a retornar da Europa devido ao adoecimento de seu filho, que estava sob a guarda do avô. É este quem relata:

Quando o pai foi embora, ele tinha quatro anos e meio. Ele foi até o aeroporto e nem deu bola, praticamente não sentiu, não chorou, não reclamou do pai e da mãe. Mas, a partir de um ano e pouco, a partir de janeiro pra cá, ele começou a reclamar, eu quero meu pai, eu quero minha mãe, sonhava... Acordava, e queria o pai e a mãe. Chegou a emagrecer, emagreceu muito. A gente começou a correr atrás de assistência. Eu sou funcionário público e o coloquei no meu convênio médico. Levamos no neurologista, no pediatra. O pediatra falou: *“realmente, ele emagreceu, vocês arrumem um animal ou alguma coisa assim para ele”*. Então, a gente arrumou um cachorrinho. Ele brincou e melhorou um pouco, mas ele telefonava pedindo, eu quero meu pai, eu quero minha mãe. Nessas épocas assim, o dia dos pais e o dia das mães, ele... até o último presente do dia das mães, ele não tinha

a mãe para entregar e ele deu para a avó. Ficou uma coisa esquisita.

Problemas de saúde provocados pela migração são suportados pelas famílias que ficam, sejam aqueles dos filhos dos migrantes, sejam os de seus parentes próximos, que convivem mal com o sentimento de perda. Joaquina relembra a depressão por que passou, ao perceber que seu filho não mais retornaria do Japão:

Ele já veio três vezes aqui para o Brasil. Ele veio a primeira vez trazer o netinho, para eu conhecer. Depois ele veio uma segunda vez, trazer a menina. E agora ele veio, faz dois anos, porque eu fiquei doente. Fiquei com uma depressão muito forte, muita saudade, demais da conta. Fiquei muito ruim mesmo, e aí ele veio, já faz dois anos. Então, você vê que situação: eu só tenho um filho, e esse filho está para lá, e ele não está querendo voltar. Ele não sente falta, assim, da gente conversar.

Diferentemente dos emigrantes de descendência européia, que se dirigem preferencialmente para os Estados Unidos e a Europa, os familiares dos dekasseguis (emigrantes de descendência japonesa, que vão ao Japão para trabalhar) parecem não enfrentar problemas como o da clandestinidade ou da busca de trabalho, devido ao tipo de migração que caracteriza o fluxo para o Japão. De um lado, os trabalhadores são arregimentados por empreiteiras legalizadas e existe uma legislação própria para o trabalhador dekassegui que se emprega nas fábricas japonesas. Por outro, existem aspectos étnicos que têm ressonância no modo como as próprias famílias percebem essa migração de seus parentes para o Japão. No entanto, eles também vivenciam intensamente as mudanças que a realidade da migração introduziu no interior de suas famílias. Talvez pelo caráter específico da educação

familiar, reservada e rígida, em que existe um grande peso da autoridade dos mais velhos, em particular da figura do pai, existe um certo melindre em se abordar essas questões. Se os europeus – descendentes de italianos, espanhóis, portugueses – expõem mais abertamente suas frustrações, as famílias de dekasseguis, vivendo às vezes situações dramáticas, colocam seriamente a questão do “foro íntimo” em relação aos seus “ausentes presentes” da migração. No grupo nipo-brasileiro, este caráter próprio da cultura de origem japonesa foi expresso nos seguintes termos:

Na minha opinião, os japoneses são mais frios, assim, em termos de afetividade. Então, eu acho, por exemplo, que a mãe que tem um filho lá no Japão, ela não sente como os brasileiros...

Essa primeira geração dos que vieram, nossos pais, eles eram muito honestos, esforçados. Mas, pra você ter amizade com eles, demorava muito tempo, mas quando pegava amizade, era amizade certa...

Tem muitas mães que ficam aqui no Brasil, e os filhos estão lá, elas têm tristezas, mas elas não chegam para a gente e fala. Eu conheci uma senhora que ela faleceu de tanta tristeza. Os filhos foram todos embora, e aí ela morreu de tristeza, mas ela não se abria porque foram criados assim. Só entre eles ali. Não tem aquela amizade, não tem diálogo com uma pessoa para poder conversar, não se abre. Então, aquela tristeza vai tomando conta e ela acabou morrendo.

Esse lado discreto também é mostrado por Olavo, ao falar de suas dificuldades em tentar fazer algo, como advogado, pelos dekasseguis que enfrentavam problemas na migração: *“achei que alguma coisa tinha que ser feita, mas a gente tem aquela questão de que tem que ser... a gente tem aquela educação assim...*

que o japonês, ele não entra numa briga, se for preciso ele perde, mas ele não entra.” Nesse sentido, ele também acentua que a maioria dos problemas dos dekasseguis não diz respeito a questões legais ou trabalhistas, ou ainda quanto à forma de arregimentação para o trabalho. As questões que mais preocupam são aquelas que dizem respeito aos casamentos desfeitos, aos filhos que se encontram desamparados, aos problemas de saúde mental ou de delinquência juvenil, às famílias que vivem fraturadas pelo deslocamento entre o Brasil e o Japão. As condições em que vivem os migrantes no Japão, submetidos a um regime de trabalho conhecido como KKK (sujo, pesado e estafante), vem esgarçando as relações familiares, prejudicando a educação dos jovens e criando problemas que se refletem nas angústias e nos encargos assumidos pelos membros da família residentes no Brasil (Sasaki, 2006; Arakaki, 2007; Nakagawa, 2007). Olavo expõe sua visão dos problemas dos dekasseguis:

Nesse período, na época em que eu fiz o curso de direito, achei muito estranho porque, de repente, no Fórum de Londrina, comecei a ver divórcios, separação de descendentes de japoneses. Porque, a gente, não estava habituado com isso, com a separação de casais, já com filhos, com dois, três filhos. Casais de que se falava, *“nossa que casal perfeito”*, e voltava e fazia separação.

Um casal se conhece lá, em uma semana está morando junto. A pessoa nem sabe quem é. Então, o que começou a acontecer? Começou a acontecer que pessoas se engravidavam, lá assim, prematuramente, porque mal conheciam a outra pessoa. Eu tenho vários casos aqui em Londrina, de familiares aqui, que a esposa está lá no Mato Grosso, está com um nenê para o lado de lá, os pais daqui não conhecem, e ele está no Japão...

Elas deixam criança com a avó. É uma realidade, a criança fica com a avó e vai o casal, para juntar o dinheiro mais rápido. Porque só o marido ou só a mulher? A mulher não ganha muito, o salário é menor, então se juntam os dois, e vão os dois para lá. Mandam uma pensão em dinheiro para a avó. O que a gente notou? A criança vai crescendo e ela não consegue ver a mãe como mãe. Ela vê a avó como mãe. Quando a mãe volta do Japão, é preciso fazer um trabalho com psicólogo, psiquiatra e nas escolas, porque há uma dificuldade. Mas, as pessoas vêem só esse lado financeiro, realmente.

Porém, em todos os casos, e principalmente entre os descendentes de japoneses, são problemas que são vividos no foro íntimo da família, como algo reservado e difícil de ser verbalizado, em relação aos que estão distantes, visíveis e audíveis apenas pelos instrumentos de comunicação, mas efetivamente ausentes. Todos vivem intensamente no nível da subjetividade esses problemas. Como trabalhar pastoralmente questões que dizem respeito àqueles que não estão presentes? Ou como lidar com as seqüelas presentes desta ausência? Como pode a pastoral, que sempre privilegia a presença concreta, das pessoas e seus problemas, na comunidade, lidar com estas marcas deixadas naqueles que ficaram, vividas no nível da subjetividade?

UMA PASTORAL PARA AS FAMÍLIAS DOS EMIGRANTES?

A Pastoral do Migrante no norte do Paraná se formou na busca de acompanhar o avanço da fronteira agrícola e seus núcleos de povoação. A sensibilidade da Igreja Católica por essa população migrante se fez sentir, principalmente, pela atuação da

Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos). A partir da fundação da Diocese de Londrina, em 1957, foram confiadas aos missionários scalabrinianos, várias paróquias que estavam sendo formadas, devido a essa onda migratória: Lobato, Flórida, Munhoz de Melo, Astorga, Iguaçu, Ângulo, Santa Fé, além de duas paróquias na própria cidade de Londrina. Este empenho em assumir tantas paróquias indica o entusiasmo e a percepção destes missionários quanto à importância do trabalho pastoral a ser realizado nessas novas comunidades de migrantes. Outro sinal do valor atribuído a esta presença missionária, foi o investimento na construção de um grande Seminário Menor na cidade de Astorga, a partir de 1964. Todo esse esforço se apoiava em um modelo tradicional de pastoral, através de paróquias rurais com seus movimentos apostólicos: apostava-se que seriam comunidades de pequenos agricultores, estáveis ao longo das gerações, como aconteceu com as comunidades rurais de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul. No entanto, o rápido movimento de esvaziamento dessa população rural a partir do fim da década de 1960, levou a Congregação a concluir que o movimento migratório tomava outros rumos e, por isso, julgou-se melhor entregar essas paróquias aos cuidados de suas respectivas dioceses, inclusive fechando o Seminário, depois de cerca de 20 anos de funcionamento. No final dos anos 1980, os missionários scalabrinianos concentravam sua presença numa única paróquia, Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Londrina (Azzi, 2000, p. 154-195).

Com o fluxo de migrantes para as fronteiras agrícolas da Amazônia ou para os grandes centros urbanos, a realidade migratória do norte do

Paraná mudava radicalmente. A partir dos anos 1980, ela era caracterizada sobretudo por um proletariado rural residindo nas periferias das pequenas cidades, deslocando-se pelo Estado ou para outras regiões do país, em busca de ofertas de trabalho temporário, sobretudo na colheita do café. Como forma de dar uma resposta a essa nova realidade, constituiu-se na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, a partir de 1991, o Centro Pastoral dos Migrantes com o objetivo de dar acompanhamento pastoral a esses migrantes temporários. Embora seja uma região de origem, ou seja, marcada pela sua ausência periódica e sazonal, o método empregado foi basicamente o mesmo usado em outras regiões receptoras de migrantes, em que se desenvolveu uma pastoral de migrantes sazonais (Equipe Pastoral dos Migrantes Dobrada/Santa Ernestina, 1988). Os contatos com os migrantes se faziam nos seus lugares de destino, nas fazendas de café em Minas Gerais e Goiás, para depois, com as informações sobre suas localidades de origem, desenvolver uma atividade de visitas missionárias e formação de grupos de migrantes nas paróquias das pequenas cidades no norte do Paraná.⁵ Leocádia, agente pastoral leiga, fala dessa atividade:

Devia ser uns sessenta grupos. Aqui em Londrina tinham só alguns. Os outros estavam fora. Em toda cidadezinha do Paraná em que a gente ia, tinha. Inclusive temos a listagem aí, de todos os coordenadores, de todos os grupos da pastoral do migrante. Cada cidade tinha o seu. A gente ia, fazia reunião, celebrava, a gente ia visitar e não parava mesmo (...) Eles trabalhavam, cada grupo trabalhava na sua região, e mandavam mensalmente um roteiro dizendo: fizemos isso, isso... isso os sazonais e temporários, e nós fomos lá fazer a visita, em Minas Gerais fomos várias vezes, São Paulo, para os

lados de Garça (...) A gente ia visitar lá onde eles estavam trabalhando, no café e nos alojamentos, e celebrava com eles lá. Quando eles voltavam, então íamos ao lugar de origem, andávamos pelo Paraná todo, trabalhávamos às vezes uma semana fazendo missão, fazendo missão com eles.

Esse é um modelo de pastoral que ainda caracteriza o Centro Pastoral do Migrante instalado na Paróquia, hoje Santuário Nossa Senhora Aparecida⁶. Por esse modelo, a Pastoral do Migrante se alinhava com as outras pastorais sociais, com o trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e outros movimentos sociais. Tratava-se de um trabalho pastoral marcado pela visibilidade, pela presença nas comunidades, pela organização popular em vista da luta por direitos sociais, reivindicados perante o Poder Público. Os voluntários ligados ao Centro Pastoral percebem bem como essa linha de atuação cria uma indisposição com outros frequentadores da Paróquia, pessoas de classe média urbana, que buscam a Igreja com uma motivação estritamente religiosa. Olavo explicita bem essa situação:

A pastoral do migrante sempre foi uma pastoral difícil, com pouca gente. É uma pastoral que é vista com um olho assim de (*é o pessoal dos sem-terra; MST*) E querendo, ou não querendo... É uma opinião particular: aqui na região de Londrina, a gente sente que a pastoral do migrante, ela na verdade... aqui é comerciante, é pessoal estabilizado, é um pessoal assim que não vê com bons olhos essa situação.

No entanto, no princípio dos anos 2000, a percepção da ocorrência de um grande número de pessoas que partiam para o exterior, e de famílias que sentiam diretamente as consequências

dessa migração, levou os membros do Centro Pastoral, com os padres da paróquia, a lançarem as primeiras iniciativas no sentido de dar uma resposta a essa realidade da emigração na cidade de Londrina. Por iniciativa do padre e um grupo de leigos de origem japonesa, foi criado um grupo nipo-brasileiro, no sentido de criar um espaço de partilha e integração entre participantes da Igreja que tinham uma mesma fé, um passado comum (imigração e cultura nipo-brasileira) e com frequência viviam a problemática, pessoal e familiar, do fenômeno de *dekassegui*.⁷ Outra iniciativa foi uma missa mensal, em que se celebraria a realidade da migração das famílias da paróquia, seguido de um momento de convivência. Leocádia explicita os objetivos dessa iniciativa:

Logo que nós começamos essa missa, a gente fazia uma recepção no salão depois da missa. Então, em todo quarto domingo, a gente pedia para a comunidade "*quem podia trazer um prato*", e a gente fazia. Aí fizemos um mês, fizemos dois, fizemos três, o pessoal comia e ia embora. Não é isso! E a parte espiritual onde fica? Aí eu falei para ele, "*padre vamos parar com isso*", porque, em todo quarto domingo, a gente pede para o pessoal trazer as coisas, para a gente fazer partilha, tudo bem, é bonito, é legal, é bom, mas e o outro lado? (...) ser uma missa diferenciada, não uma missa comum. Na liturgia, fazer uma coisa diferenciada, para eles, direcionada para eles. Porque, se eles vem e é igual, se eles não vão se sentir estimulados, é igual. Então, vão assistir em qualquer lugar, é igual. O que eu vou fazer lá?

Essa busca em fazer algo diferenciado, junto com a dificuldade em manter o objetivo e a motivação desta iniciativa pastoral, pode ser associada também à idéia (nunca colocada em prática) de se colocar à disposição um horário da semana, em

que as pessoas pudessem vir ao Centro ou à Igreja, para conversar, desabafar, encontrar orientação. Na verdade, essas propostas parecem deparar-se com o obstáculo do caráter dos problemas enfrentados por essas famílias, que se reportam ao foro íntimo familiar, à subjetividade de cada um, bem como à situação de clandestinidade em que se encontram esses migrantes, ou às marcas de uma ausência que perdura como angústia e sofrimento, num vazio que não pode ser preenchido por nenhuma prática pastoral convencional. Assim, as sugestões dadas nos depoimentos, quando se perguntou aos entrevistados sobre o que a Pastoral poderia fazer por eles e por seus parentes no exterior, foram todas no sentido de permitir desabafar, acolher o angustiado, criar a possibilidade de fazer um elo de comunicação com aqueles que estão longe, e quando muito, como ação concreta, preparar aqueles que vão viajar e ajudar a alcançar a dupla cidadania, a fim de se obter a regularização. Os familiares que ficam querem apoio para a sua sensação de perda e impotência: "*o único jeito é rezar e pedir que eles vão bem lá*", como disse uma entrevistada, ou conversar, como disse Veridiana, ao lembrar como os padres antigamente estavam mais disponíveis para escutar os problemas das famílias:

Eu acho que tinha que acolher, conversar, se tivesse como conversar... É difícil porque, como a igreja faz pra acolher todo mundo e ajudar? Fica difícil... Eu nunca cheguei no padre para contar sobre o meu filho, que vai fazer um ano que está lá. Os padres nossos conhecidos, o que está lá, a gente conhece, mas não se sente em chegar e conversar, porque não são daqui. Mas, os padres antes conheciam, sabia o meu sofrimento todo, mas só que... com o meu marido, acontecia isso, sabe o que eu fazia? Eu

vinha aqui na V., eu ia na Catedral, eu ia no Colégio das irmãs, eu ia lá e a gente conversava. Tinham os padres que conheciam meu marido, e ele ia até nas igrejas para conversar. (...) Então a gente conversava, mas é difícil, como que faz? Se para família é difícil, agora, como que faz? Só se tivesse como conversar, seria bom. As pessoas se sentem melhor conversando, como a gente está conversando.

A atitude elementar de poder conversar, de chegar em alguém próximo da família, algo tão comum quando os padres antigamente acompanhavam vilarejos, bairros e comunidades rurais, é basicamente o que se busca. Sair do foro íntimo para recuperar o elo mínimo da comunidade, entre aqueles cuja distância e o tempo da migração vem esgarçando os laços de sociabilidade. A expressão da subjetividade ferida pelas perdas, sobrecarregada pelos encargos e paradoxos da ausência, é um dos campos próprios em que se manifesta a necessidade da religiosidade. Mas, parece que as atividades da pastoral ainda estão procurando o melhor caminho para suprir essa demanda de famílias que são atingidas pela migração.

Olavo percebe a dimensão social da migração, ao comparar o movimento de kasseguí com a migração sazonal que atinge trabalhadores nordestinos que vêm para o Sudeste, ou trabalhadores do Paraná que vão colher café em Minas Gerais. Porém, ele também percebe a dificuldade em estender esse tipo de acompanhamento para os emigrantes fora do país e suas famílias, mesmo considerando uma maior visibilidade da pastoral no âmbito das outras pastorais da paróquia:

Eu fui para o Japão. Fiquei um ano lá, e realmente a gente nota assim que o migrante não muda muito. O

internacional que vai para o Japão, Estados Unidos, Itália, ou o que vem lá do Nordeste para cortar cana aqui, ou o que vai para Minas Gerais no café. Então, ele não muda muito. Ele sai da região dele, no caso saiu de Londrina, onde tinha toda a estrutura dele, a vida dele e vai para um lugar distante, que muitas vezes não sabe como é que funcionam as coisas lá. Ele só tem uma coisa na cabeça: trabalhar.

Se houvesse essa visão, haveria na verdade um crescimento da pastoral, e não olhando apenas em termos de... essa questão do sem-terra, MST, do cortador de cana. Haveria uma expansão maior que atingiria não só o que vai para o Japão, mas principalmente o pessoal que vai pra Inglaterra, Estados Unidos. Então, a abrangência seria maior. As pessoas olhariam realmente... porque, infelizmente, eu vejo que as pessoas quando, se dá um status maior para qualquer situação, elas percebem e vão participar. É uma coisa simples mas você tem a camiseta da pastoral, foi na missa, é um evento da pastoral (...) Se começar a mencionar, "*a pastoral do migrante, eles estão em contato com o migrante que vai para o exterior, Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Japão*", aí as pessoas vão se interessar realmente, porque a gente tem um estigma muito grande. Eu sinto essa dificuldade, porque já no ano passado eu até comentei sobre essa questão, entrei e estou aqui, a gente talvez tivesse que fazer mais, mas a gente vai na medida que dá. A gente nota que quando a gente fala, nisso eu não mexo, nisso eu não mexo... vai ser muito difícil...

Assim também, diante da proposta de um grupo de apoio, em que ele poderia atuar usando também seus conhecimentos de advogado, para as pessoas poderem desabafar, tratar seus problemas enquanto migração familiar, sua reação foi só, "*mas é muito reservado*".

APÊNDICE

NORTE DO PARANÁ, UMA HISTÓRIA DE PERDAS

Tocar no assunto da necessidade de seus filhos partirem para fora do país em busca de trabalho, para seus pais, é como revolver uma enorme frustração. Num ano considerado dos mais bem sucedidos do Governo Lula, o pai de Orestes expressa um sentimento que lembra muito as motivações de brasileiros que partiam para os Estados Unidos em meados dos anos 1980, chamada de a "década perdida" (Sales, 1995). Ele desabafa:

Como é que vocês convivem com essa situação?

Com tristeza. Tem hora que eu falo, sinceramente eu tenho vergonha de ser brasileiro. Por incrível que pareça, moro aqui, e aqui nós não temos terremoto, furacão, vulcão, nem maremoto, mas eu tenho medo do que vai acontecer. Por outro lado, porque os filhos... eu tenho dois, os dois estão desempregados, eu não sei o que vai acontecer daqui para frente e não vejo melhoria, não vejo perspectiva nenhuma no país. Se eu pudesse... Estou com trinta e cinco anos contribuídos, mas não tenho idade, estou com 54 anos, vou me aposentar em 2011, com 37 ou 38 anos de contribuição e 58 de idade. Quando eu me aposentar, se eles falarem, vamos embora, eu vou, porque eu não vejo perspectiva nenhuma de melhora nesse país. É triste. Eu vejo isso com muita tristeza, com muita mágoa. A gente está aqui e ver os dois filhos que eu tenho, todos os dois desempregados, todas as famílias que a gente conhece, todas as que a gente se relaciona, no mínimo tem uma ou duas pessoas desempregadas, ou está fora do país. Dá uma tristeza muito grande de morar num país desses, que não provê as necessidades básicas de seus filhos.

Essa frustração se soma à percepção que eles sentem de perda familiar, evocando momentos do passado em que outros imigrantes, vivenciaram situações similares. No grupo Nipo-brasileiro foram evocadas situações como essa:

Meu sogro deixou uma filha no Japão, e ele nunca pode ver a filha. Porque, lá falavam assim, quando os imigrantes vieram, que no Brasil se juntava dinheiro de rastelo. Então, ele veio nessa esperança de juntar o dinheiro e voltar, e não voltou mais, não teve condições. Ele adoeceu, e daí uns anos a minha sogra foi e encontrou a filha. Só que a filha não tinha amor pela mãe e pelo pai. Então, ela nem ficou na casa da filha, ela ficou na casa de um cunhado que era irmão do meu sogro. Ela ficou lá, porque foi esse cunhado dela que criou essa menina, quando eles a deixaram lá. Então, não tinha laços nenhum, e ela voltou muito triste. Ela não encontrou uma filha, então ele morreu com essa tristeza. Escrevia para as irmãs, mantinha uma correspondência. Aí a caçula da casa – porque todos seus filhos foram para o Japão – ela foi e passou um bom tempo lá, e foi visitar a irmã. Diz que foi uma festa, fizeram uma festa, receberam tão bem e ela gostou muito. Já com a mãe teve esse problema, e ela morreu com esse problema, essa tristeza.

Histórias como essa não deixam de ser associadas com certas experiências que os pais e mães dos emigrantes brasileiros vivenciam atualmente. Joaquina realiza essa associação:

A gente se preparou nesses quatorze anos, assim, financeiramente, para que, se ele voltasse para o Brasil, para ele poder viver sem aquela preocupação de estar trabalhando muito. Para poder viver com uma tranquilidade financeira. Mas, eles querem sempre mais, mais. E quando chegam aqui, eles não tem um parâmetro para poder segurar... E não é só ele, de viver com mais modéstia. Parece que o dinheiro é tudo. Então,

fica uma coisa estranha. Quando ele veio aqui, às vezes que ele veio, eu falei para ele: “*você veio só pra... a tua cabeça ficou lá*”, eu falei para ele. Ele vem aqui mas fica pensando lá. (marido: *vem aqui e fica pensando lá... quem está lá pensa aqui, quem está aqui pensa lá*) Eu já vim de uma família que meus pais eram migrantes, meu pai e minha mãe. Eles são espanhóis, só que eles vieram crianças. Mas, eu sempre ouvi aquela história que meu avô, o pai de minha mãe, quando ele veio, ele era casado pela segunda vez. Naquele tempo, lá na Espanha, não é como hoje, que o pessoal telefona, é computador, é viagem. Então, ele veio e deixou uma filha lá, que nunca mais ele viu. Ele faleceu aqui no Brasil e nunca mais viu aquela filha, com quem depois eu que tive contato. Então, a gente já vem de uma experiência, e quando você pensa que está assim tranqüila, você perde. Eu sempre falo, como meus avós sofreram, sofreram também quem ficou lá. Depois, uma tia minha voltou para a Espanha, e ela trouxe uma foto, como a terra do meu pai e da minha avó foi tombada como patrimônio histórico, naquela rua tinha uma casa, que tinha uma janela. E minha tia falou para mim “*olha, Teresa nessa janela, o pessoal lá na Espanha fala que todos os dias a tua bisavó chorava de saudade do teu pai que estava aqui, dos parentes que vieram*”, isso recentemente, então é triste porque...

Você sente que nem essa senhora que chorava na janela?

Era minha bisavó, que chorava pela vinda do meu avô e do meu pai.

E você ficou doente por causa disso?

Eu fiquei muito triste, porque vai chegando uma certa época assim, eu olho os rapazes nas ruas, eu vejo as crianças, a gente pensa sem querer.

Albano faz a mais eloqüente evocação dessa história familiar de migração, em que se associam às perdas e sacrifícios do passado, a frustração vivida no momento presente, ao ver os filhos partirem, se

sacrificarem na clandestinidade em um país estrangeiro, e não poderem ver a família finalmente reunida:

Meu avô chegou aqui no Brasil com dezesseis anos, e veio pra região de Araraquara, São Paulo. Aí ele passou um tempo nas lavouras de café, onde ele conheceu a minha avó Teresa e casou com ela lá em Araraquara. Depois de uns dois anos, eu não sei o que deu na cabeça dele, ele resolveu achar que o Brasil não dava certo, e foi para a Argentina. Só que quando ele foi para Argentina, ele já tinha duas crianças pequenas, que era um tio meu, o mais velho, chamado Paolo, e uma irmã do meu pai, que se chamava Nicoletta. Quando eles foram para Argentina, os meninos não se acostumaram, porque lá parece que a alimentação é um pouco diferente da nossa aqui, lá não tem o arroz e o feijão, não existia pelo menos na época. A minha avó estava me dizendo que chegou num ponto em que ela falou: “*ou nós voltamos para o Brasil ou nós voltamos para Itália, aqui nós não podemos ficar, porque o nosso filho vai morrer aqui, eles não querem comer*”. Aí, até contando assim, a gente chega a arrepiar, porque eles vieram só com o dinheiro no bolso praticamente, da Argentina para cá. Tornaram a descer em Santos. Tinha uns Calabreses que tinham um hotel ali em São Paulo, se não me engano era o Saturno, uma coisa assim, e meu avô foi lá para comprar a comida. E na época ele não tinha o dinheiro completo para comprar toda a comida. Então, o que ele fez? Ele comprou um prato de comida para minha avó e um para cada menino. O dono desse hotel, que depois passou a ser muito amigo dele, ele falou assim: “*não seu Giovanni, o senhor vai comer também, eu vou te dar um prato de comida*”. Por isso que eu falo, a vida do imigrante não é fácil. Eu tenho uma base pelo meu filho, quando ele foi para lá, agora. Puxa vida, o desespero, porque o cara saiu no final de julho daqui, e no dia 11 de setembro caiu o avião no prédio lá. Foi difícil e até

minha nora no primeiro embarque, que saiu daqui para lá, ela falava assim pra mim: “*pôxa, seu filho é cabeçudo, ele decidiu e disse que vai e vai e eu não estava querendo ir, estou deixando minha mãe e meu pai aqui e estou deixando um filho pra ir pra lá...*”. E esse meu filho é formado veterinário, trabalhava no Estado, só para o senhor ter uma idéia: o que o meu filho, ele e a mulher ganham num dia, ele não ganhava num mês aqui no Brasil. (...) O filho de um pobre, de um imigrante, de uma pessoa do interior, ele vai lá fazer um concurso, ele não passa. Mas, o filho de um “não sei das quantas”, dos bons da boca lá e tal, eles encaminham o filho, encaminha o neto, bisneto, tataraneto e vai tudo... Todos eles vão pegando o seu quinhão. Então é difícil para a gente, o senhor não sabe o que passei, ficar sem dormir, preocupado, ligava para saber como é que estava... porque ele estava lá ilegal, hoje eu estou mandando o caçula meu que é formado em direito...

De Araraquara, em 39, eles vieram para Marialva, para a lavoura de café. Eles chegaram em Marialva, na época os mosquitos mordiam assim, que virava um cascão na perna, e a onça vinha pegar os bezerros e os burros dentro da mangueira. Aí eles voltaram para Rolândia e ficaram numa indústria que existia em Rolândia, onde trabalharam três anos. Em 1941 eles voltaram para lá de novo, não foi fácil. Para chegar lá na propriedade, de Mandaguari para lá, eles foram fazendo picada para o caminhão poder passar. Mandaguari, só pro senhor ter uma idéia, quando eu nasci em Marialva, em 1942, o meu pai demorou quinze dias para chegar em Rolândia para me registrar. Quando eu conversei com meus parentes, eu sempre falo, que meus parentes deviam ser descendentes de cigano, porque fazer o que eles fizeram, da maneira que fizeram e andaram, para você raciocinar assim é difícil. Quando eles vieram de São Paulo pra cá, eles ficaram quinze dias na Serra Morena com o caminhão atolado no barro.

Chovia de dia e de noite, e meu pai passou por tudo isso aí. Saía lá de São Sebastião das Amoreiras e vinha a pé no barro, depois pegava um ônibus velho e vinha até Assaí, de Assaí pegava outro ônibus e vinha até Jataizinho. Saía de lá de madrugada e pegava um trem aqui às cinco horas da tarde para Cerqueira Cezar, e chegava lá às três horas da manhã. Daí andava mais três quilômetros a pé, para ir na casa do meu avô. Eles chegavam tudo queimado porque o trem era tocado a lenha, aquilo soltava aquelas faíscas e eles chegavam com a roupa toda queimada. Daí meu pai se casou, a namorada dele morava lá, mas o pai dela mudou-se e ele teve que vir pra cá. Meu pai trabalhava em Sorocabana, abandonou o serviço e veio pra cá. Sofreu que nem doido e nunca conseguiu ganhar nada. A bem dizer, e a gente era tudo pequeno. Quando um filho ficava doente, pegava um cavalo para levar ao médico, andava dezoito ou vinte quilômetros a cavalo, no meio do mato e foi essa vida dura.

A minha família, no início, foi para Marialva, depois foi para Rolândia e depois voltou para Marialva. Depois de derrubada e plantaram o café, o café estava a coisa mais linda, aí deu uma geada... (em 75?) Não, foi antes em 46 ou 47 por aí. Meu avô se desesperou. Ele tinha construído um terreiro de café. Era coisa de louco, muito grande. Aí meu avô comprou uma fazendinha aqui, em Caixa de São Pedro. É uma cidadezinha aqui perto, e a gente morou um tempo. Depois de uns quinze anos se juntaram todos os filhos, e ele comprou cinco alqueires pra cada filho, numa cidadezinha perto de Paranavaí. E foi assim até meu avô falecer, porque ele sempre foi assim, com aquele jeito de italiano de segurar todo mundo junto. Os genros quiseram a parte em dinheiro, ele deu o dinheiro e aos filhos ele deu cinco alqueires cada um. A gente morou um tempo lá, aí meu avô faleceu, só sobrou minha avó, um vendeu, outro vendeu e foram

saindo. Um veio para Maringá, nós viemos para Londrina e os outros dois ficaram lá até... foram sepultados lá mesmo, os irmãos do meu pai. E de todos esses irmãos, que eram quatorze filhos vivos na época, hoje tem só uma irmã do meu pai viva e está morando em Cuiabá. E da parte da minha mãe, só existe a minha mãe que está com 86 anos. Eu vi o sofrimento do meu pai, eu falava assim pra ele: “*vamos sair da roça, não compensa ficar aqui...*” Depois eu saí, eu fiquei 35 anos trabalhando no banco, me aposentei. Eu comecei limpando o chão e me aposentei como gerente. (Fez toda sua carreira no banco.) Não fiz o que eu queria não. Eu era muito ambicioso e a minha vontade era chegar a diretor, sempre tive esse sonho: “*vou chegar, vou chegar, só que antes de eu chegar...*” (teve que fazer uma operação) Porque o banco é assim: é pressão do presidente, é pressão do diretor, é pressão do regional, é pressão do cliente, aí vem pressão de todo lado, então você fica entre a cruz e a espada. E você acaba assim, num enfartado. Mas a vida é assim, eu vou dizer para o senhor, se eu fosse mais novo eu voltaria para Itália, eu voltaria para os Estados Unidos, pra Inglaterra ou qualquer lugar.

O meu filho aqui penou, penou, e foi para os Estados Unidos. Está ralando lá, está trabalhando bastante. Ele estava fazendo dois turnos e meio esses dias, ele já comprou uma casa em Mandaguari, comprou um apartamento em Apucarana e pagou R\$ 135.000,00. Aí começaram a tributar o dinheiro que vinha de lá, que era ganho lá e já tributado lá nos Estados Unidos. Eles começaram a tributar aqui, mais vinte-e-sete-ponto-não-sei-o-quê. O que os brasileiros fizeram? Eles se reuniram lá, ele pegou, e sabe o que fez: ele tinha mais ou menos uns cem mil dólares guardados para comprar mais alguma coisa aqui, e ele não comprou mais aqui, comprou lá nos Estados Unidos. O senhor acha que ele volta? Eu como pai, penso que ele vai voltar para ficar

perto de mim? Eu estava lá em Goiás quando eu saí do banco e me aposentei. Eu vim para Londrina, sabe para quê? Para ficar perto da minha família, porque eu andei a vida toda sendo transferido para lá e para cá. Quando eu falei, “*bom, agora vou ficar perto da minha família*”, eu cheguei, não demorou um ano, esse rapaz foi embora. Então, o outro que estava aqui em Londrina, foi para Dourados e está lá, tentando. Ele me falou “*pai, esse é o último cartucho*”. Agora ele tem a cidadania. Com certeza vai querer ir embora se não der certo lá. Quer dizer, a gente vê uma família formada para quê? Para ficar eu e minha esposa.

* **Sidnei Marco Dornelas é missionário scalabriniano e Diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM).**

NOTAS

1 - Agradecemos aos leigos atuantes no Santuário Nossa Senhora Aparecida e do Centro Pastoral do Migrante, em Londrina, que gentilmente colaboraram conosco oferecendo o seu depoimento. Agradecemos também e aos padres Valdecir Molinari, Tranquilo Lorenzin e, de maneira particular, Pe. Moacir Calza que se esforçou para que pudéssemos fazer os encontros que precisávamos com os familiares de emigrantes, tornando possível esse trabalho. Os nomes dos entrevistados, para fins dessa publicação, foram mudados.

2 - Informações colhidas junto ao Pe. Antonio Garcia Peres Neto, ex-diretor do Centro de Pastoral do Migrante de Londrina.

3 - Numa pesquisa coordenada pela Profa. Alice Yatiyo Asari, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sobre a execução do Programa Vilas Rurais, pelo Governo do Estado do Paraná, e cujos resultados foram analisados e publicados numa série de artigos na revista *Geografia (UEL)*, fica evidente a perda das referências rurais desse proletariado, sua dependência do subemprego urbano, o esgarçamento e a fragilidade de suas relações sociais, o que compromete qualquer política pública que almeje um

“retorno” destes trabalhadores temporários à vida rural.

4 - A partir de uma série de questionários distribuídos entre os alunos de várias escolas estaduais de Londrina, a Pastoral do Migrante buscou fazer uma sondagem sobre o volume e os destinos dos emigrantes brasileiros oriundos desta região. Muitas escolas alegaram vários motivos para não fazer essa sondagem. Quais seriam os motivos? Não constrangimento dos alunos? Medo de que seus parentes seriam denunciados...? O fato é que, das 76 escolas, a Pastoral recebeu respostas de 24. Mais exatamente, de 3.412 questionários respondidos, levantou-se o número de 4.153 pessoas conhecidas fora do País. Os destinos mais apontados foram: Japão, 1009; Portugal, 882; Estados Unidos, 561; Inglaterra, 404; Itália, 381; Espanha, 328. Mesmo que imprecisos, esses resultados já indicam como essa problemática migratória é largamente vivenciada na cidade.

5 - Informações colhidas junto ao Pe. Antonio Garcia Peres Neto, ex-diretor do Centro de Pastoral do Migrante de Londrina. A documentação sobre mais de dez anos de atividade pastoral junto aos migrantes sazonais no norte do Paraná se encontra arquivada no Centro Pastoral de Migrantes, em Londrina.

6 - A Paróquia Nossa Senhora Aparecida, em Londrina, foi elevada a Santuário no ano de 1997.

7 - É preciso não esquecer a festa das nações, que a paróquia vem realizando nos últimos anos, envolvendo participantes de todos movimentos paroquiais, por ocasião da celebração da Semana do Migrante, na terceira semana de junho, e coordenada pelo Centro Pastoral. É uma ocasião de congraçamento paroquial em torno das diferentes origens, dos diferentes grupos de migrantes dos quais são originários esses paroquianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAKAKI, Ushi

(2007) Como perpetuar uma classe operária. *Travessia – revista do migrante*, n. 59, setembro-dezembro, pp. 11-16.

ASARI, Alice Yatiyo; MUNIZ, Helena M. Cabelo; ROSA, Miriam Dantas

(2002) Programa Vilas Rurais: política pública de fixação dos trabalhadores no campo? *Geografia – revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina*, n. 1, v. 11, janeiro-julho, p. 100-114.

AZZI, Riolando

(2000) *A Igreja e os migrantes: as migrações internas e os novos rumos da obra escalabriniana no Brasil (1951-1988)*. São Paulo, Paulus.

CEM – CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

(1986). *Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra*. São Paulo, Ed. Paulinas.

EL-KHALIB, Faissal

(1969) Municípios do Paraná. *História do Paraná*, v. 4, Curitiba, Grafipar.

EQUIPE PASTORAL DOS MIGRANTES DOBRADA/ SANTA ERNESTINA

(1988) Pastoral Migratória, uma presença junto aos sazonais. *Travessia – revista do migrante*, n. 1, maio-agosto, p. 36-39.

NAKAGAWA, Kyoko Yanagida

(2007) Crianças e adolescentes envolvidos no movimento de kassegui. *Travessia – revista do migrante*, n. 59, setembro-dezembro, p. 17-25.

SALES, Teresa

(1995) O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Travessia – revista do migrante*, n. 21, janeiro-abril, p. 5-8.

KLEINKE, Maria de L. Urban; DESCHAMPS, Marley; MOURA, Rosa

(2000) Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-1996): origens e destinos convergentes. 2^o Encontro Nacional de Migração. Belo Horizonte, ABEP, p. 187-228.

SASAKI, Elisa

(2006) “Um olhar sobre os migrantes brasileiros no Japão”. *Travessia – revista do migrante*, n.55, maio-agosto, p. 5-10.

SAYAD, Abdelmalek

(1998) *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.

WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil; BALHANA, Altiva

(1988) *Ocupação do Paraná*. São Paulo, CEM.

DUAS LEMBRANÇAS

migração, história e cativeiro num povoado mineiro

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

*Flávia Maria Galizoni ***

LEMBRANÇAS E HISTÓRIAS

De que se recorda o migrante, qual lembrança carrega da sua terra, e como constrói sua história? Migrantes transportam consigo uma história própria, que se expressa no costume e no sotaque; às vezes retornam à origem em busca das lembranças que carregam na memória, e costumam ser muito valorizadas, porque os conforma como sujeitos. Quase sempre é assim, e isso foi comentado com tanta frequência na literatura e nas pesquisas que se tornou quase um consenso. Drummond resumiu tudo num poema, mostrando que, definitivamente, a lembrança é a maior das bagagens que o migrante carrega consigo: afinal, ele teria mesmo, algum dia, saído de sua terra?

Mas sempre é preciso ter claro que lembranças não são fatos, não são

estáveis, e nem mesmo são individuais. Elas não são registradas, cambiam, são flexíveis. Por isso, são referências que podem ser transformadas e reconstruídas, e assim ganham uma força maior que o poder de lembrar, que a memória. Embora possam ser um capital coletivo dos mais valiosos, base para ações por emancipação e liberdade, podem ser também base para construir domínios sobre pessoas ou grupos. Então, a história recontada desmonta, desfaz, remonta outras histórias.

Às vezes isso é usado contra populações excluídas. A história é reconstruída por um viés muito particular, uma nova versão é imposta ao grupo, e pode até ser baseada em lembranças pessoais. Mas essa história pode ter força bastante para criar um domínio. Então, essa nova história pode ser doída para os que a recebem.

Isso não acontece apenas com a história do país, dos heróis e das guerras. Ocorre também com as localidades. E os recursos usados não precisam ser a força, a glória e a riqueza: podem ser símbolos associados às lutas por libertação, reconstrução e renascimento de um grupo. Nessas situações a história é uma arma poderosa para oprimir e construir diferenças, ela domina e humilha. Este é o caso - peculiar, tem que ser esclarecido - de uma comunidade de migrantes da região central de Minas Gerais, que teve sua história reconstruída para criar um estigma.

A PESQUISA

Este artigo é o resultado de uma pesquisa que tinha como objetivo mapear algumas áreas remanescentes de quilombos em Minas Gerais. Foi apoiada pela Fundação Cultural Palmares, a qual os autores agradecem. A pesquisa consistiu de sondagens em comunidades que poderiam ter origem em populações escravas. Foram levantados dados que compreendiam as características do processo de produção, as formas de organização política do grupo, sua relação com o meio e os recursos naturais, as relações com as populações do entorno, as áreas e recursos de uso comum, e, principalmente, a autodefinição da coletividade como descendentes de antigos escravos.

Este levantamento foi levado a cabo consultando três fontes principais:

o material historiográfico local e geral que versava sobre aquela população e situação;

a própria comunidade, sua memória, a história que contava de si mesma;

o entorno da comunidade e a imagem da comunidade refletida neste meio.

A história foi pesquisada em textos e documentos referentes a Minas, nos arquivos e documentos locais. No contato com a comunidade eram abordados temas como a origem da família, a trajetória das pessoas, a descendência e, finalmente, os temas da escravidão e do quilombo, sempre considerando que a auto-definição do grupo seria um critério fundamental para sua identificação. As entrevistas iniciavam-se com uma exposição dos objetivos, e explicitavam a necessidade de compreender a história local; para isso, solicitavam a colaboração do entrevistado. A entrevista, aberta, explorava a trajetória pessoal: trabalho, ocupação, migração, casamento, filhos, ascendência, ocupação dos pais e dos filhos, deixando o diálogo fluir ao ritmo da lembrança. Um entrevistado sugeria outros informantes, e nessa cadeia de sugestões se alcançava algo em torno de 10% da população da comunidade.

No entorno - a sede municipal, outras comunidades e povoados vizinhos - se buscava as "emendas" que as histórias e lembranças da comunidade pesquisada propunham: como as tramas familiares se associavam, qual a imagem da comunidade, qual a posição da população do entorno frente aquela comunidade. Assim foi feita a pesquisa em Belo Vale.

BELO VALE E BOA MORTE

Belo Vale é um município localizado nas cabeceiras do rio Paraopeba, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, aos pés da Serra do Espinhaço, naquele trecho denominada Serra da Moeda.

Fica a aproximadamente 80 quilômetros de Belo Horizonte, 70 quilômetros de Ouro Preto, 40 quilômetros de Congonhas do Campo. Naquele local a serra forma um paredão de 200 metros de altura, que cai, abruptamente, desde os campos do cimo até as terras de *cultura* ao seu sopé, na beira do rio. Depois da primeira e brusca descida do paredão, a topografia progressivamente suaviza, e, como mares de morros, vai formar várzeas estreitas na margem direita do Paraopeba. Esta paisagem é dominante para miradas que partam de qualquer ponto do vale: sempre se vê mares de morros e a serra, dominando tudo.

A ocupação colonizadora desta região começou em fins do século XVII. Matias Cardoso, em 1672, fez roças nas proximidades de onde veio a estar a sede municipal para garantir a alimentação da *bandeira* de Fernão Dias. Como *bandeiras* e *entradas* seguiam o curso dos rios, a localidade de Belo Vale foi trecho de passagem do rio, local de transbordo, com capela construída e dedicada a São Gonçalo, que é o protetor das travessias de águas perigosas. O lugar produziu bastante ouro: as lendas são muitas e são fortes as evidências de que população escrava vivera e trabalhara numa extração aurífera regular até fins do século XVIII.¹

Belo Vale, no entanto, não fazia parte das rotas regulares para *entradas* em Minas Gerais. Era, apenas, parte obrigatória do caminho para as minas do rio Paraopeba. Os caminhos São Paulo/Ouro Preto e Rio de Janeiro/Ouro Preto passavam por Ouro Branco ou Congonhas. Dessa forma, Belo Vale foi uma localidade periférica próxima aos grandes centros mineradores, colocada na distância média de um dia (tomando Congonhas como referência) ou dois (tomando Ouro Preto

como referência) de viagem dos centros de maior movimento.

A exploração de ouro em Minas Gerais gerou um movimento populacional dispersivo. Depois que a produção farta perdia ímpeto, a população migrava para mais além, buscando novas lavras ou áreas de lavouras. Dessa maneira, o refluxo da produção mineral em fins do século XVIII levou parte da população do centro de Minas Gerais e do vale do Paraopeba, em particular, a um movimento aberto em leque na direção do rio São Francisco; outra parte dessa população substituiu, aos poucos, a mineração por uma pecuária e agricultura mais sistemática.

Boa Morte é um povoado a seis quilômetros da cidade de Belo Vale, à margem do caminho para Ouro Preto, que atualmente é a estrada para Belo Horizonte. Fica localizado no platô intermediário de um morro, dominando ao mesmo tempo a vista da serra, da cidade e, ao fundo, do rio Paraopeba. É um arraial originário do século XVIII, que conserva como padroeira Nossa Senhora da Boa Morte, santa de culto português, que às vezes os moradores do lugar alcunham de Nossa Senhora da Boa Viagem. Segundo a lenda que corre em Boa Morte, o povoado deveria ser conhecido por Bonfim, em homenagem ao Senhor do Bonfim; na mesma época, outro arraial a 40 quilômetros de distância dali construía uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte. As imagens dos santos vieram juntas de Portugal, mas o tropeiro que as transportou desde o Rio de Janeiro confundiu as embalagens e cada capela recebeu seu santo trocado. Na época, interpretaram o fato como um desígnio, e os nomes trocados permaneceram para sempre.

Segundo Antônio Resende, historiador de Belo Vale, o povoado da Boa Morte fora construído para dar suporte e morada aos soldados que serviam num posto fiscal plantado no caminho da serra. De acordo com o "Dicionário escolar do município de Belo Vale" ainda existem restos deste posto:

*"(...) na subida da serra do Mascate, [a estrada] é toda calçada com pedras, à moda de Ouro Preto, e está em ótimas condições de conservação. Na mesma serra do Mascate [ou da Moeda] encontra-se uma ruína de construções muito antigas, que a tradição popular chama de Casas Velhas. Estas ruínas provavelmente serviam como forte militar e também como Alfândega do ouro e diamantes tirados na bacia do Paraopeba e São Francisco."*²

[Obra citada; colchetes dos autores]

Para Resende, a existência do povoado naquele tempo e local não teria outro motivo, pois estava próximo à estrada Belo Vale/Ouro Preto. Mas o incremento de sua população teria acontecido nos finais do século XIX, com a abolição da escravatura: para se livrar dos remanescentes da sua senzala, Joaquim Pinto Lara Resende, proprietário da imponente fazenda Boa Esperança situada a quatro quilômetros de Boa Morte, doou à Santa - e, por extensão, aos ex-cativos - uma gleba que foi convertida em patrimônio da Igreja e alojou aqueles que foram despejados da fazenda.

Na época da pesquisa Boa Morte compreendia algo em torno de 80 casas. O centro do povoado era um pátio com 100 metros de comprimento e 40 de largura, em frente à capela da santa. Na direção que subia o morro o

pátio se dividia em três ruas, dando origem a um braço que seguia em frente serpeando o morro, no lugar conhecido por Cruzeiro ou Cascalho; outro braço ia ao centro, fraldeando o morro, no lugar denominado Beco; a terceira via, à esquerda, mais longa e mais povoada por moradores, tinha aproximadamente dois quilômetros, era conhecida por Pasto da Fonte.

As casas eram espaçadas entre si, em geral com quintais bastante grandes, em torno de 1.000 a 5.000 metros quadrados, sempre muito plantados de culturas permanentes e temporárias. Eram residências térreas, com dois padrões bem diferenciados: umas de adobe ou pau-a-pique, sustentadas por barrotes, evidentemente construções mais antigas; outras eram de tijolo e laje, portas e janelas em esquadrias metálicas, mais recentes.

O costume local permitia aos casais jovens, ou a qualquer interessado, solicitar ao Patrimônio da Santa um lote de terras para construir e morar, que nunca podia ser negado. Às vezes os filhos construía no terreiro da casa dos pais, e assim cresciam em número as casas e as famílias. Por isso, diziam, a população de Boa Morte teria crescido muito.

A área total do patrimônio seria de 10 alqueires (24,20 hectares) e, de acordo com o censo realizado pela Associação, viveriam lá 245 moradores. Havia uma relativa concentração da população nas faixas etárias extremadas - idosos, jovens e crianças - e o parentesco compreendia duas grandes famílias. Uma, apelidada dos "Caçulas", que assinavam "da Cruz", concentrada principalmente no Pasto da Fonte. Outra, "da Silva", espalhada por todo o povoado.

No mês de agosto acontecia no povoado a festa de Nossa Senhora da

Boa Morte, muito concorrida, segundo os moradores, com afluxo de pessoas de toda a região, e de fora. Nessa festa, muito antigamente, haveria a apresentação de uma dança chamada "bate-pau", uma encenação que usava bastões, seguida de cantos ritmados. Nessas ocasiões, o falecido Ladinho, dos Caçulas, cantava numa língua muito diferente.

MIGRAÇÕES

A população de Boa Morte viveu de três fontes principais de recursos, que, muitas vezes, foram simultâneas: as lavouras próprias, feitas em terrenos próximos ao povoado; o serviço braçal, nas fazendas da redondeza; a migração para Belo Horizonte ou Congonhas - os homens para trabalhar em mineração na serra, as mulheres para trabalhar em casa de famílias. Como a experiência de trabalho fora era uma vivência generalizada, que aconteceu em algum momento da vida de todos os moradores de Boa Morte, a migração terminou por se tornar um fenômeno marcante na história e no cotidiano do povoado.

Como a terra era escassa, a lavoura rendia pouco; o lugar, diziam, era *fraco* de serviço, e por isso em algum momento da vida o jovem teria que buscar serviço fora. Assim, uma parte importante da população do povoado mudou-se para sempre: saiu, encontrou emprego, conseguiu se fixar em outros municípios, voltou para buscar parentes que também se foram, para abrir caminhos para amigos e parentes que também precisariam ir. A emigração definitiva fazia parte da trajetória da grande maioria das famílias.

Mas outros permaneceram, e estes podiam ser compreendidos em três situações. Aqueles que foram com intenção de não voltar, mas por alguma

razão *as coisas não deram certo*, e tiveram de retornar definitivamente para o povoado de Boa Morte. Aqueles que foram, permaneceram por anos no trabalho em outros lugares, e retornaram depois de aposentados e assentados na vida. Aqueles que foram e voltaram, vão e voltam, todas as semanas, todos os turnos, toda a sua vida produtiva: geralmente são os homens, que trabalharam em empresas de municípios próximos, e que escolheram esta migração perene como forma de manter ao mesmo tempo a família no lugar e o trabalho fora. Como a saída em busca de trabalho era uma alternativa obrigatória para todas as pessoas ou para alguns membros da família, adultos e jovens quase sempre se referiam ao povoado de forma muito depreciativa, e relacionavam sua permanência no local à impossibilidade de mudar, à necessidade que o fez voltar ou à iminência de, novamente, migrar.

Muitos dos que retornaram são idosos. Em geral sua vida de trabalho começara numa mineradora na serra ali vizinha, e desde os anos 1940 ou 1950 passaram por ofícios urbanos, mas sempre conservaram residência, lavoura e família em Boa Morte. Embora o lugar fosse, como diziam, *fraco*, o custo de vida era relativamente baixo, a casa era própria, o povoado ficava perto de Belo Horizonte e das mineradoras. Mulheres também migraram: tanto ou mais que os homens, só que em maioria foram para empregos domésticos, menos estáveis, e depois de aposentadas voltaram sem família construída, e então, realmente, foi um retorno um tanto mais difícil: encontrar casas, refazer família, se alojar com algum ramo de parentesco. Nos anos 1970, no auge da expansão do emprego urbano e da construção civil, muitas famílias tentaram se

estabelecer em Belo Horizonte, e em diversos momentos; às vezes até ficaram lá todos os membros, por períodos longos.

Mas o que marcava a relação dos moradores de Boa Morte com o mercado de trabalho, mais que a emigração, era o retorno, porque a trajetória de vida dos retornados - aqueles que não se aposentaram - era associada a uma derrota frente ao mercado de trabalho, às oportunidades da cidade ou à melhoria de vida. Por isso, não era um povoado de migrantes que recebia seus filhos, ou que os chamava ao apascento: pelo contrário, o retorno era marcado pela negatividade e azedume, era aceitação temporária, às vezes; era perda de uma luta contra um mundo que não fornecia mais muitas oportunidades àqueles migrantes. Migração, para estes retornados, não foi o recurso para construir família, existência ou patrimônio; antes, foi um negativo, um fracasso.

ESCRavidÃO

Belo Vale, mais que Boa Morte, cultivou uma história da escravidão. Essa história se escorava, fisicamente, em dois edifícios. Um, o Museu do Escravo, no centro da cidade, ao lado da Matriz. Outro era a sede da fazenda Boa Esperança, situada a quatro quilômetros da cidade, tombada e zelada pelo Patrimônio Histórico.

O Museu mantinha um grande acervo de peças coletadas na região, construídas ou vindas de fora, lembrando costumes dos tempos coloniais. Grande parte do acervo, porém, era concentrado no tema escravidão, expondo os instrumentos de tortura, reproduzindo a senzala e o tronco, com um objetivo evidentemente pedagógico. Ele mostrava, sobretudo, a presença forte da

escravidão em Belo Vale, a brutalidade e a humilhação contida nas relações senhor-escravo nos tempos do cativo.

Da fazenda Boa Esperança restou uma imensa casa senhorial, com aproximadamente 50 metros de frente e 70 de comprimento, com pé direito interno de 6 metros de altura, portas com 3,5 ou 4 metros de altura. Havia um engenho de cana ao lado da casa, vários pátios internos, e na capela da varanda da frente eram conservados 16 quadros do reputado Mestre Athayde.

A lembrança da escravidão era muito forte em Belo Vale, principalmente porque ela era conservada forte. O Museu do Escravo ficava numa casa em estilo colonial com uma senzala: mas ela fora construída assim, no ano 1980, a parte da frente reproduzindo a Casa da Câmara de Mariana e o pátio de senzala reproduzindo o Museu de Sabará; era uma história do cativo construída pela população contemporânea. A Matriz, decorada com afrescos barrocos representando a Paixão de Cristo, também fora reconstruída barroca nos anos 1980, pois um padre muito puritano, há décadas atrás, mandara desenhar roupas nas imagens de corpo exposto e apagar a genitália dos anjos, danificando um estilo de época que tivera de ser refeito.

Escravidão era uma lembrança bem conservada em Belo Vale, principalmente era bem alimentada para nunca ser esquecida, sempre associada aos tempos de esplendor colonial e à riqueza que a escravidão construíra. O Museu e fazenda introjetavam essa lembrança, nas crianças, principalmente, pois o ensino da história local e da tradição escravista era, curiosamente, vulgarizada por elas. Em várias das entrevistas

realizadas no povoado, os avós pediam ao neto que apanhasse seu caderno de escola para explicar o que fora escravidão em Belo Vale. O cativo, então, ressurgia na história associado às figuras materiais do casarão da fazenda e do prédio do Museu.

É preciso ver, então, que a história desse cativo tem aspectos delicados. Primeiro, porque ela foi reconstruída, e neste processo se transformou em sinônimo de domínio, punição e tortura. Segundo, porque ela foi apropriada pela população urbana, culta, ilustrada, geralmente composta por pessoas assumidamente não descendentes de africanos e escravos, mas, pelo contrário, insistentemente descendentes de senhores e "portugueses". Terceiro, porque ela era difundida na contra-mão, quer dizer, do jovem para o idoso, pela via da educação formal. Quarto, porque ela era simbolizada, fisicamente, no Museu e fazenda, construindo um estereótipo do que teria sido o cativo.

Escravidão era sofrimento para uns, riqueza, poder e tradição para outros; lembrada pelos jovens, pelos educados ou pelos abastados. Assim, era mais um fenômeno institucionalizado de cultura, localizada, que referência coletiva.

CATIVEIRO EM BOA MORTE

Já os moradores de Boa Morte tinham, quase, um horror ao cativo e ao passado, tanto o próprio quanto o coletivo, aquele cultivado em Belo Vale. Viram uma saída pessoal para sua vida, que foi necessária em determinado momento: na situação de dificuldade de sustento acabaram ingressando aos poucos no trabalho urbano, nas mineradoras, conservando laços com o povoado. Mas a lem-

brança coletiva era mais complexa ainda. Eliminaram sistematicamente o passado, suprimiram escravidão, e toda sorte de lembrança relacionada a cativo e cativo ficou longe deles, representada por lugares concretos, associada à fazenda Boa Esperança, à sua senzala e currais, ao Museu do Escravo.

Os moradores mais idosos, diziam, jamais ouviram falar que houvesse escravo, ou descendência de escravos em Boa Morte. Houve, sim, na Boa Esperança. Mas eles, entrevistados, enganchavam sua genealogia no ramo externo - paterno ou materno, mas sempre não originários do povoado -, nos que migraram para Boa Morte, e levavam sua ascendência pessoal a se transferir para o povoado dos Pintos, a Chacrinha, o Ceará, e outros lugares, além. Como o padrão de casamentos do povoado de Boa Morte indicava uniões preferenciais ligando mulher do povoado a homem de fora, foi fácil pendurar os descendentes neste ramo brumoso, sempre desprovido de lembranças de origem. Assim, a imigração para Boa Morte foi o recurso para os descendentes escaparem da história do cativo.

Em Boa Morte havia uma resistência forte em relação ao passado. As pessoas diziam nunca se lembrar de seus pais e avós: deles não guardaram histórias nem feitos, e seus rastros sequer marcaram as casas que os sucessivos moradores do povoado construíram. A dificuldade para traçar uma genealogia precisa era um exemplo: as pessoas nunca lembravam com exatidão os lugares de origem de seus antepassados: "*meu pai era de outra comunidade*", "*não sei*", e nas entrevistas a memória dificilmente alcançava mais que duas gerações; depois vinha o vácuo, o esquecimento. Era neste ponto que mais se destacava

a diferença entre Belo Vale e Boa Morte, pois a história não-negra, urbana, educada e institucional da escravidão na sede municipal não correspondia à lembrança de afro-descendentes, pobres, aposentados e excluídos do povoado. Boa Morte queria viver num esquecimento feroz de si mesmo e do que possa ter sido: um esquecimento escolhido, certamente para contrastar e fugir àquele figurino inoportuno de escravo humilhado e surrado que a cidade cultuava.

Assim, havia dois movimentos nas lembranças: um urbano, não-negro, que "cultuava" a escravidão e as referências de um suposto passado opulento; outro, era negro, rural, pobre, mas que se esquecia, nunca ouvira falar de escravidão, pelo menos ali no povoado.

Havia, também, outro aspecto muito importante. Em Boa Morte, praticamente, não existia herança. Como o terreno era Patrimônio da Santa, a apropriação, em princípio, era igualmente livre para todos os filhos, que herdavam, então, da Santa, não dos seus pais ou avós; e a Santa transmitia um patrimônio que fora da fazenda, legado para a senzala. Por isso, talvez, desobrigavam-se a cultivar essas lembranças dos maiores. Certamente por isso os pais e avós eram referidos e tratados sempre como ônus: pelo muito trabalho que davam, pelo pouco proveito que geravam; sequer a aposentadoria - que em muitas famílias era a principal fonte de sustento - era valorizada como resumo do esforço de uma vida de trabalho, mas recebida como uma contrapartida ofertada pelos idosos ao cuidado que os descendentes tinham consigo.

Aqui, também, cabe outra associação, pois o descuido com os mais velhos seria também uma outra

forma de recusar a lembrar o passado. Os idosos eram destratados, sua lembrança não era ofertada, partilhada ou respeitada pelos filhos e netos. Pelo contrário, até, eram dos irmãos ou maiores não-residentes as lembranças mais ricas e valorizadas. Lembrar de passado remoto, quase sempre era sofrer, porque teria como matéria a subalternidade do cativo.

Definitivamente, Boa Morte era um povoado que não gostava e não exibia seu passado. Mas o passado era remetido para um esquecimento tão profundo, que se tornava, por contraste, muito evidente. Saltava da fala do idoso que não se lembrava, não sabia, não queria saber, não conhecera, desconhecia quem poderia ter conhecido. Saltava das atitudes dos que não se pejavam em fornecer falsas pistas e orientar os pesquisadores insistentemente para entrevistar migrantes perpétuos, ou não-descendentes de africanos. Afirmavam, dessa maneira tão enfática, que aquela lembrança construída e cultivada de escravidão não era deles, nem queriam que fosse.

Os moradores de Boa Morte não se enxergavam como comunidade, tampouco como negros, e sequer como sócios de um patrimônio étnico-cultural, histórico e ecológico comum. Ao contrário: se esforçavam para diluir suas diferenças com o resto do mundo, eram brasileiros tão comuns como todos os outros. Assim, se revelavam muito mais secretos do que queriam se mostrar. Por isso, todas as negações que afastavam de Boa Morte uma origem ou herança escrava, destacavam um aspecto tão escondido quanto evidente: a premência da negação e a constância do falseamento das pistas revelavam um grupo humano solidamente coeso na recusa. E, recusa tão coesa, não deixava de ser, de uma maneira muito direta, outra

forma de se reconhecer como grupo, que negava com toda a força que dispunha aquela escravidão que os outros desejavam que tivesse, algum dia, vivido.

* **Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista, Pesquisador do CNPq, Prof. da Universidade Federal de Lavras.**

* **Flávia Maria Galizoni é Antropóloga, Bolsista PDJ/CNPq-Universidade Federal de Lavras.**

NOTAS

1 - Informações sobre Belo Vale foram fornecidas pelo historiador Antônio Resende, a quem os autores agradecem; sobre a região foram consultados também Saint-Hilaire (1975), Antonil (1982). Sobre o movimento populacional que ocorreu após a decadência das minas consultar Castro (1975), Furtado (1980) e Wirth (1981).

2 - "Dicionário escolar do município de Belo Vale", edição da Prefeitura Municipal, ano 1993, sem autor e editora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João
(1982) *Cultura e opulência do Brasil*. Terceira Edição. BH/Itatiaia, SP/EDUSP.
- DICIONÁRIO Escolar do município de Belo Vale.
(1993) Edição da Prefeitura Municipal.
- CASTRO, Antônio Barros de
(1975) *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Segunda edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FURTADO, Celso
(1980) *Formação econômica do Brasil*. Décima sétima edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de
(1975) *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp.
- WIRTH, John D.
(1982) *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca

Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca Nossa Biblioteca

LA DOUBLE ABSENCE

Des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré

Abdelmalek Sayad

Paris, Éditions du Seuil, 1999, 437 p.

Este livro sintetiza vinte anos de pesquisas conduzidas pelo autor na França e na Argélia sobre a emigração e a imigração, dois fenômenos indissociáveis que na aparência são tão diferentes. Através da técnica de entrevistas, Sayad foi descobrindo as contradições de todos os tipos que estão inscritas na condição de migrantes: a ausência da sua família, do seu vilarejo, do seu país, e castigado por uma culpa inexplicável, ao mesmo tempo que é vítima da exclusão no país de imigração, onde é tratado como simples força de trabalho.

COLONIZAÇÃO E (DES)POVOAMENTO

Odair da Cruz Paiva

São Paulo, Ed. Pulsar, 2002, 111 p.

Estudo que trata da intervenção governamental e reordenação fundiária no litoral sul e no Vale do Rio Ribeira de Iguape nos anos de 1930 e 1940. Abre um espaço de crítica e avaliação das relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, mostrando os dilemas do desenvolvimento regional e das possibilidades de resistências transformadoras de grupos sociais considerados arcaicos pelos agentes governamentais.

INFÂNCIA, TRABALHO E DIREITOS NO VALE DO MUCURI - MG

Silvanir Marcelino de Miranda

Tese de Doutorado, Dpto. História/USP, São Paulo, 2006, 317 p.

Para analisar a eficácia das políticas sociais para a erradicação do trabalho infantil, partimos da história de famílias e crianças do bairro Novo Horizonte e da Vila Solidariedade na cidade de Teófilo Otoni que sofreu um processo vigoroso de expansão da mancha urbana a partir dos anos 1970 em decorrência das migrações camponesas. A história dos habitantes permitiu relacionar expropriação camponesa, migrações e trabalho infantil às políticas sociais para a infância, especificamente o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e considerar que as mesmas são insuficientes tendo em vista o grau de ausência de direitos fundamentais em detrimento das garantias legais.

A VIVÊNCIA IMIGRATÓRIA DE UM GRUPO DE HISPANO-AMERICANOS DO SUL, RESIDENTES NA CIDADE DE SÃO PAULO

Berenice Carmen Augusta Young Rabines

Dissertação, Instituto Psicologia/USP, São Paulo, 2007, 204 p.

O presente trabalho apresenta um caso de intervenção psicossocial em grupo, por meio do qual se aprofunda o conhecimento da vivência imigratória de sul-americanos com menos de dois anos no Brasil, vindos da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Uruguai, os quais se hospedavam em um albergue na cidade de São Paulo. A partir de uma perspectiva que articula uma abordagem intercultural e outra fenomenológico-existencial, os objetivos propostos para a pesquisa foram: a) Levantar aspectos destacados na vivência migratória; b) Oferecer um espaço de reflexão visando examinar melhor suas motivações, necessidades, sua história; c) Possibilitar um melhor autoconhecimento a cada imigrante.

O TERRITÓRIO DE TRABALHO DOS CARREGADORES PIAUIENSES NO TERMINAL DA CEAGESP: Modernização, Mobilização e a Migração

Sueli de Castro Gomes

Tese de Doutorado, Dpto. Geografia/USP, São Paulo, 2007, 276 p.

O objeto da pesquisa é a mobilidade do trabalho em suas diferentes formas no processo de modernização, no qual a rede social dos migrantes surge como um produto e suporte de desencadeamento. No caso, trata-se da rede de migrantes do Piauí atuante no Terminal da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo, enquanto um grande mercado de trabalho e espaço em que os nordestinos demarcam sua territorialidade.

PAISAGEM ESTRANGEIRA

Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro

Fania Fridman

Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra, 2007, 142 p.

Em um cenário repleto de cortiços, fábricas, terreiros e bordéis, a Praça Onze abrigou, entre o final do século XIX e meados da década de 1940, um privilegiado núcleo de vida em comum. No mesmo bairro em que a população negra teve relativa liberdade para exercer cultos africanos e criar o samba, milhares de imigrantes judeus fixaram residência e construíram uma comunidade genuína ao longo de décadas.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:

a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do nº.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

Nº 61 - TEMPORÁRIOS
(Mai-Ago/08)

TRAVESSIA
Nº 62

SEGREGAÇÃO

(Set-Dez/08)

**Prazo para envio
de artigos**

(31/07/08)

TRAVESSIA
Nº 63

**REMESSAS
E REDES
TRANSNACIONAIS**

(Jan-Abr/09)

**Prazo para envio
de artigos**

(31/10/08)

TRAVESSIA
Nº 64

**MOBILIDADE
PENDULAR**

(Mai-Ago/09)

**Prazo para envio
de artigos**

(31/03/09)

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



SIMPÓSIO INTERNACIONAL – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais

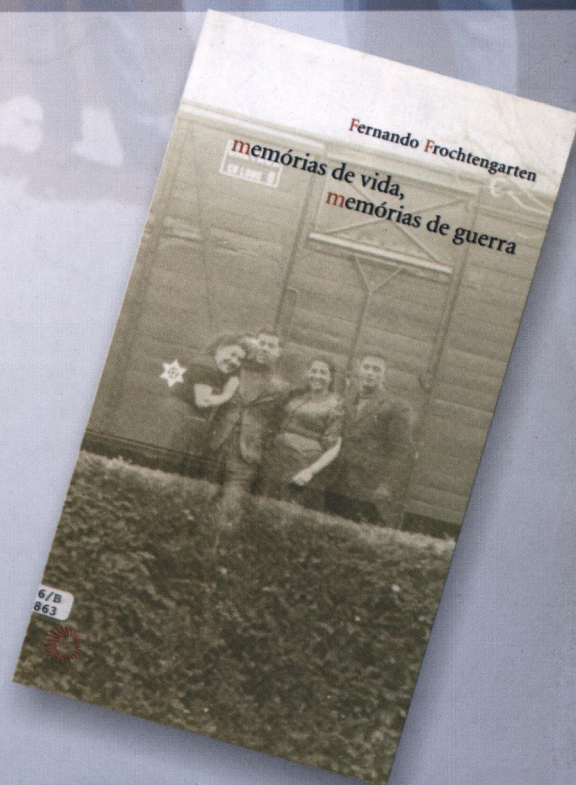
Heinz Dieter Heidemann
Sidney Antonio da Silva (orgs.)

Trata-se de uma coletânea de 38 textos - reunindo conferências, mesas redondas e comunicações - apresentados no Simpósio Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais, realizado em São Paulo de 19 a 25 de abril de 1999, organizado pela Comissão de População e Meio Ambiente da União Geográfica Internacional (UGI), em parceria com o Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; com o Centro de Estudos Migratórios (CEM) e com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

MEMÓRIAS DE VIDA, MEMÓRIAS DE GUERRA

Fernando Frochtengarten

O neto (Fernando, o autor), psicólogo social, visita seus avós e alguns de seus amigos, todos judeus poloneses que, de modos diversos, atravessaram e têm sido, em alguma medida, atravessados pela guerra. Por meio de entrevistas de longa duração, recolhe suas memórias de vida. Pretende assim contribuir para uma discussão aprofundada sobre o fenômeno psicossocial do desenraizamento e sua dimensão psicológica, a ruptura biográfica. Mais precisamente, pretende examinar as matrizes de participação social reconstruídas pelas lembranças dos sobreviventes de guerra e a maneira como são elaboradas suas reminiscências traumáticas.



TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br